



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS

CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS – CEPPAC

Comemorações do Bicentenário Uruguaio em 2011:

negociações em torno da identidade nacional

MANUELA MUGURUZA

Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, especialista em Estudos Comparados sobre as Américas.

Orientadora: Prof. Dra. Sonia Ranincheski

BRASÍLIA - DF

SETEMBRO DE 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS – CEPPAC

Comemorações do Bicentenário Uruguaio em 2011:
negociações em torno da identidade nacional

MANUELA MUGURUZA

Banca Examinadora:

Profª Dra. Sonia Ranincheski (Presidente) - CEPPAC/UnB

Prof. Dr. Camilo Negri - CEPPAC/UnB

Profª Dra. Kelly Silva - DAN /UnB

Profª Dra. Simone Rodrigues (suplente) - CEPPAC/UnB

BRASÍLIA - DF

SETEMBRO DE 2013

AGRADECIMENTOS

O caminho que me trouxe até aqui, árduo, tortuoso e dolorido, mas por vezes também muito prazeroso, não foi percorrido sozinho. Assim, como não poderia deixar de ser, agradecimentos precisam ser feitos àqueles que possibilitaram a realização do trabalho, de uma maneira ou de outra. É assim que se faz imperioso agradecer, em primeiro lugar, as condições oferecidas pela Universidade de Brasília, através do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), que garantiu as condições mínimas para a realização da pesquisa, bem como ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de estudos concedida. Como apoio fundamental, agradeço à professora Sonia Ranincheski pela orientação, ao instigar a curiosidade científica, mantendo seu incentivo nos momentos de crise. Professora, que fique registrado o meu muito obrigado pela mão estendida durante o processo.

À minha mãe, que de uma forma ou de outra foi inspiração pra esse trabalho. Que de repente estava num momento de vida parecido, que ligava pra trocar angústias de formatação, e que serviu como uma orientadora não oficial.

Ao meu pai, que me deu a certeza de um amor incondicional, enorme e cheio de apoio, pro que fosse.

À Camila, essa irmã linda, companheira de todas as horas, sem a qual minha vida ia ser muito mais sem graça, que ainda trouxe pro convívio o Rodolpho, lindo que nem ela.

Ao Guilherme, esse irmão de proporções meio míticas, que mesmo meio distante tem um poder de influência tremendo.

À família Muguruza, em especial aos primos Diego, Maite, Romina e Adrian, que sempre me acolheram tão bem no país materno, ajudaram a achar os endereços para entrevistas, ouviram às minhas elucubrações e colaboraram no que puderam, mesmo não entendendo muito bem (e achando graça) o que essa prima brasileira queria tanto entender.

À Paulinha, essa irmã querida que a vida me deu, e que eu não vou devolver nunca.

Aos amigos do coração Cíntia, Lú, Gui e Marcelo, sempre compreensivos com as ausências, e presentes quando importante. Ao Ceará, fornecedor de cápsulas de guaraná, companheiro de BCE, de bar, de filmes e de livros, fonte de toda a sabedoria, enciclopédica ou acadêmica.

À Taís, a família que escolhi pra mim, que me deu todos os incentivos, nunca cobrou, dividiu angústias dissertativas e aleatórias, que chora e dá gargalhadas comigo, que ainda por cima trazia comida e carinho nos momentos certos.

Ao Marco, companheiro pra vida, pra sempre, que dá a mãozinha, abraça, e mostra que vida é uma delícia. E nos momentos exatos põe um gato no meu colo, essas garantias peludas e fofinhas de que tudo vai dar certo.

*La vida no es lo que uno vivió,
sino lo que uno recuerda,
y como recuerda para contarla.*

Vivir para contarla - Gabriel García Márquez, 2002

RESUMO

A pesquisa desenvolvida nessa dissertação tem como objetivo fundamental analisar as questões de construção e reforço das identidades nacionais, mais especificamente do caso uruguaio. Para isso, é feito um levantamento da teoria mais recente que trata do assunto, sobretudo entre aqueles autores que partilham do paradigma de que a nação é uma construção social, e seu processo de construção está localizado historicamente. Para lidar com o tema em um âmbito prático, a festa de comemoração do bicentenário dos processos de emancipação oriental, realizada no país a partir do ano de 2011, foi escolhida. Para levar a investigação a cabo, foi feito um cuidadoso levantamento histórico do país, desde os fatos que estão sendo celebrados até a sua história mais recente, no intuito de compreender todas as implicações que o processo histórico teria na escolha das datas a serem comemoradas. Assim, historiadores uruguaios foram utilizados, principalmente aqueles que se empenham em desconstruir mitos da história nacionalista. Além dessa revisão bibliográfica, entrevistas em profundidade foram conduzidas com atores-chave no processo de organização e planejamento das comemorações, assim como a análise de documentos e materiais visuais produzidos pelo governo.

Palavras-chave: identidade nacional, nacionalidade uruguaia, história uruguaia, bicentenário uruguaio

ABSTRACT

The research developed on this dissertation has as its fundamental objective to analyze the questions involving the building and reinforcement of the national identities, more specifically, in the Uruguayan case. To achieve this, the most recent theory concerning the subject has been studied, especially those author that share the paradigm that the nation is socially constructed, and its construction process is historically located, To deal with the theme in a more practical point of view, the celebrations of the bicentennial of the oriental emancipation process, that happened in the country in 2011, has been chosen. To lead the investigations, a careful historical study of the country has been conducted, from de facts that are being celebrated to its more recent history, with the objective to comprehend all the implications that the historical process has in the choosing of the dates that will be celebrated. Thus, Uruguayan historians were utilized, especially those that dedicate themselves in deconstruct myth of the nationalist historiography. Beside that bibliographical revision, in-depth interviews were conducted with key actor in the process of planning and organizing the celebrations, and also documents and materials produced by the government were analyzed.

Key words: national identity, Uruguayan nationality, Uruguayan history, Uruguayan bicentennial

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| ÍNDICE DE FIGURAS | 11 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 – NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL | 21 |
| 1.1 – NAÇÃO COMO COMUNIDADE IMAGINADA..... | 21 |
| 1.2 - AS TRADIÇÕES INVENTADAS | 24 |
| 1.3 – A MEMÓRIA E A VALORIZAÇÃO DO PASSADO..... | 29 |
| 1.4 - AS PARTICULARIDADES DO CASO URUGUAIO | 34 |
| 2. CONTEXTUALIZANDO: DUZENTOS ANOS DE URUGUAI..... | 37 |
| 2.1 – OS PRIMEIROS HABITANTES: OS CHARRUAS E “ <i>LOS GAUCHOS</i> ” | 37 |
| 2.2 - A ERA BATLLE | 50 |
| 2.3 - CENTENÁRIO - TRADIÇÃO INVENTADA | 52 |
| 2.4 O URUGUAI CONTEMPORÂNEO | 56 |
| 3 - O BICENTENÁRIO DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO ORIENTAL, 2011 | 60 |
| 3.1 – O DISCURSO OFICIAL..... | 61 |
| 3.2 – OS ENTREVISTADOS..... | 67 |
| 3.3 - A ORGANIZAÇÃO DAS FESTAS | 68 |
| 3.4 – O PAPEL DA HISTÓRIA E DOS HISTORIADORES | 82 |

| | |
|---|-----|
| 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| 5 – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 97 |
| 6 - ANEXOS..... | 101 |
| 6.1 - LEY DEL BICENTENARIO N° 18.677..... | 101 |
| 6.2 - QUE SE CONMEMORA?..... | 103 |
| 6.3 - MENSAGENS DA EMBAIXADA DO URUGUAY EM OCASIÃO DO 25 DE AGOSTO | 108 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. La Acción de Las Piedras, Juan Manuel Blanes..... | 43 |
| Figura 2. Recriação da "La Acción de Las Piedras", em 18 de maio de 2011, em Las Piedras, publicada no "Libro de los festejos", 2013..... | 44 |
| Figura 3. Novo Mappa Geographico, 1827. Fonte: Frega 2009..... | 46 |
| Figura 4. Carta Geográfica de la República Oriental del Uruguay. | 48 |
| Figura 5. Desfile inaugural do Estádio Centenário. Fonte: Caetano, 2000 | 53 |
| Figura 6. Monumento a Artigas, antes da inauguração. Fonte: Caetano, 2000 | 54 |
| Figura 7. Inauguração do Monumento à Artigas, em 1923. Fonte: Caetano, 2000..... | 55 |
| Figura 8. Projeto de Juan M Ferrarri. Fonte: Caetano, 2000 | 55 |
| Figura 9. Moña Bicentenário. Fonte: Libro de los Festejos..... | 65 |
| Figura 10. Escolares participando das festas. Fonte: Libro de los Festejos | 65 |
| Figura 11. Logo Bicentenário Fonte: e-mail oficial Embaixada | 66 |
| Figura 12. Bandeira de Artigas. Fonte: wikimedia commons..... | 66 |
| Figura 13. Marcha do Êxodo. Fonte: Libro de los Festejos..... | 67 |
| Figura 14. Rua 18 de julho. Fonte: bicentenario.gub.uy | 67 |
| Figura 15. "Aquí nació la Patria" na bandeira de Artigas. Fonte: Libro de los Festejos..... | 71 |
| Figura 16. Banner Bicentenario. Fonte: bicentenario.gub.uy | 73 |
| Figura 17. Publico na festa 10 outubro. Fonte: Libro de los Festejos | 73 |
| Figura 18. Mundo Uruguayo, 1925. Fonte: Caetano, 2000..... | 76 |
| Figura 19. Banda do Exército no Desfile de Las Piedras, 18 de maio de 2011. Fonte: Bicentenário.gub.uy | 78 |
| Figura 20. Imagens da recriação da Marcha de los Orientales. Fonte: Libro de los Festejos | 90 |

INTRODUÇÃO

Uma nação é um grupo de pessoas unidas por um erro comum em relação aos seus ancestrais e uma aversão comum em relação aos seus vizinhos

Karl W Deutsch

A pesquisa a ser desenvolvida no trabalho tem como objetivo fundamental entender como se deu a formação da identidade nacional uruguaia, e seu processo de construção e reforço constantes. Por uma série de motivos, que serão apresentados no decorrer do trabalho, o país aparece como um bom estudo de caso para o tema.

O Uruguai é um país que parece sempre ter tido a sua identidade nacional em pauta, mas sempre como uma constante renovação do sentimento nacional de unidade. Ao longo dos dois séculos em que se apresentou como um país independente, essa discussão voltou à tona diversas vezes. O cientista político uruguaio, Gerardo Caetano (1990, p 18) diz:

Es que los uruguayos han dedicado a lo largo de su historia como pueblo no poco esfuerzo ni poco tiempo para debatir el tema de su identidad nacional. Tal vez esto mismo constituya un indicio fuerte sobre la debilidad intrínseca de esa identidad o quizás configure, por el contrario, una manera de constituirla en clave más abierta y multidimensional

Para que tenhamos uma noção da dimensão desse debate que cerca a identidade nacional vale observar um artigo publicado no jornal El País, de primeiro de outubro de 2006, que deixa bem claro toda a polêmica envolvendo um tema que, a primeira vista, pensamos que deveria ser consensual: as datas nacionais. O título do artigo, assinado por Miguel Bardesio, é “Feriados Despatarrados”, e o subtítulo:

[el presidente] Vázquez propuso concentrar todas las fechas patrias en una. Sanguinetti habló de resignificar el 25 de agosto y celebrar en abril una fecha artiguista como mayor fiesta cívica. En los próximos años, Uruguay cumple 200 años, pero ¿cuándo? ¿Qué día? El debate que se viene. (BARDESIO, El País, 2006)

O artigo continua, dizendo que o presidente Tabare Vázquez propõe reunir as cinco¹ datas comemorativas atuais em uma só, como o 4 de julho americano ou o 14 de julho francês. O presidente é citado, dizendo-se preocupado com um certo decaimento do fator patriótico no país:

Hay que ir a un gran festejo, que una el militar con el civil, estudiantes, liceales, escolares como protagonistas de una celebración que evoque pero que también se viva con intensidad la idea de este Uruguay como país. (BARDESIO, El País, 2006)

No artigo são entrevistadas diversas personalidades uruguaias, políticos, historiadores, entre eles o já citado Caetano. Cada um tem uma opinião distinta sobre qual deveria ser essa “data nacional”, o que desperta bastante curiosidade. O senador e ex-presidente Julio María Sanguinetti, do partido Colorado, chegou a propor a mudança de nome do 25 de agosto e estabelecer outra data pátria em abril, que celebrasse o general José Artigas, grande prócer do país. Já Sergio Abreu, dirigente na época do partido Nacional, ou blanco, disse que continuariam defendendo o 25 de agosto. O artigo cita ainda outras opiniões. Caetano concorda com a mudança da data, mas não com o nome, para ele a nova data deveria se chamar “Día de la República”, já que vê o termo nacionalidade como polêmico. O renomado jornalista e escritor Carlos Maggi concorda com o nome, mas não com a data, acha que o “êxodo dos orientais” deveria ser exaltado: "Los documentos son significativos, pero lo que importan son los hechos; y el Éxodo es lo más fuerte de la nacionalidad uruguaya".

O historiador José Pedro Barrán, por sua vez, afirma que “modificar una tradición, y de las que refieren al nacimiento del país como nación y Estado, me parece peligroso para la nacionalidad o, por lo menos, la cuestionaría en sus fundamentos míticos”. O artigo ainda arrola uma série de outras opiniões, cada qual defendendo uma data, ou até a mesma, mas por motivos distintos. E chama a atenção para um fato

¹ O artigo cita cinco datas pátrias, a saber: 19 de junho de 1974, nascimento de Jose Artigas, o Natalício; 18 de maio de 1811, Batalha de las Piedras; 19 de abril de 1825, Desembarque dos 33 Orientais; 25 de agosto de 1825, independência do Brasil e 18 de julho de 1830, jura da primeira constituição.

curioso: na página da internet da presidência, em 2006, data de produção do artigo, na seção reservada para história, símbolos e cultura, aparece a mensagem “em construção”. No governo anterior, de Jorge Batlle, ali havia uma história. Se o novo governo a está modificando é porque algo diferente tem a dizer. O artigo é finalizado com uma citação de Sanguinetti, que diz que o Estado não deve tomar parte entre as polêmicas de historiadores, deve apenas tomar a data que simbolicamente represente melhor a unidade nacional e contribuam para sua afirmação institucional.

Nesse sentido, pensando no papel dos historiadores nesse processo tortuoso, Ana Frega, doutora em história, coordenadora do departamento na Universidade da República, diz:

Una cosa es lo que se recuerda, lo que se conmemora, lo que se recuerda junto, y otra El conocimiento historiográfico. Y a veces lo que se recuerda no es necesariamente lo que se paso, sino las distintas reconstrucciones que de eso que paso se hacen. Cual es el papel de los historiadores entonces? Uno diría, bueno, el historiador es el convidado de piedra, es el que viene a decir “no, pero mira que eso no fue así, no paso por aquí, paso por allá”. Yo creo que no, creo que el papel de los historiadores es contribuir, dar explicaciones que permitan que se comprenda lo que paso. De otra manera la historia quedaría muy alejada de la gente. (LOS CAMINOS..., 2011)

Para reforçar essa idéia de que as comemorações e os fatos históricos são coisas separadas, vale citar aqui a fala de Maria Simon, vice ministra de educação e cultura e presidente da Comissão de Patrimônio que diz, quando entrevistada em 2011 em pleno desfile de comemoração do êxodo dos orientais: “eso es una fiesta, y en fiestas los historiadores somos unos agua fiestas”.(LOS CAMINOS..., 2011)

Assim, nessa salada de incertezas, de datas, de discussão do papel da história e dos historiadores iremos traçar um panorama das festas do bicentenário. Como foram, porque foram escolhidas, como foram levadas a cabo. Faremos também um apanhado geral das discussões sobre a nação e sobre o papel da história nessa construção, e sobre a história do Uruguai, para entender de onde vem toda essa discussão, e o que há por trás das divergências.

Entretanto, seguindo a linha de marcar o papel de quem está por trás das análises e construções, e de entender o porquê de determinadas abordagens, se faz necessário uma breve apresentação da autora deste trabalho, já que a biografia pessoal influencia na construção do trabalho. Minha mãe, Marisa Muguruza, saiu do Uruguai em 1983, aos 31 anos, para se casar com o meu pai, um brasileiro que ela conheceu em Montevideu. Apesar de ter tido problemas com o governo militar, de ter militado ativamente contra a ditadura e de ter até um primo preso, o principal motivo para a sua saída foi mesmo o casamento. Assim, eu nasci escutando história em castelhano, falava portunhol, e as histórias que embalavam a minha infância eram de um outro lugar, uma outra época. Minha mãe fazia suas inúmeras fugas dos militares parecerem aventuras fantásticas, que eu e minha irmã pedíamos constantemente para ouvir outra vez. Contava divertida que confundia a foto do barbudo na sala de aula da escola, José Pedro Varela, com Jose Artigas e Jesus Cristo. Para ela, todos eram meio parecidos, tinham a mesma importância. Saíamos nos fins de semana com outros filhos de uruguaias, tomávamos mate e comíamos torta pascualina. Íamos todas as férias à Montevideu, ver a avó e os primos. Tenho dupla nacionalidade e carteira de identidade uruguiaia. E sempre soube que, segundo a lei uruguiaia, os filhos de uruguaios, mesmo nascidos no exterior, são uruguaios também.

E a minha mãe era oficial de chancelaria da Embaixada do Uruguai, como se não bastasse. Era comum irmos "trabalhar" com ela durante as férias, e a embaixada era nosso lugar de brincadeiras. Por causa do seu cargo na Embaixada, e da sua personalidade expansiva e brincalhona, minha mãe era figura conhecida entre os uruguaios de Brasília, e não havia comemoração ou evento sem a sua presença, e por conseguinte, a minha também. Ela trabalhou na Embaixada, na chancelaria, até o ano 2000, quando se mudou para Salvador. Assim, todo 25 de agosto íamos pra festas uruguaias, nas casas de outros membros da colônia brasiliense ou na própria embaixada. Havia reuniões para ver os jogos da Celeste nas copas mundiais, e os outros filhos, assim como eu e minha irmã, tinham que decidir se torciam pelo Brasil ou pelo Uruguai. A decisão era cobrada, e não há dúvida que havia uma resposta certa.

Mesmo depois da saída da minha mãe da Embaixada manteve o hábito de freqüentar as festas nacionais e assistir aos jogos da seleção.

Um dos autores utilizados para a realização desse trabalho, Shlomo Sand, diz que, curiosamente, grande parte dos pesquisadores ligados à investigação de temas acerca da identidade nacional são filhos de imigrantes ou passaram por um processo próprio de migração.

O fenômeno da emigração, com todas as conseqüências que implica – desenraizamento, fato de se sentir “estrangeiro” e em posição de minoria dominada no seio de uma cultura dominante -, representou uma condição quase necessária para a aquisição de instrumentos metodológicos mais avançados para essa investigação. Os principais pesquisadores no campo da ideologia nacional haviam se tornado bilíngües na infância ou na juventude, e boa parte deles havia crescido em famílias de imigrados” (2011, p.71)

Assim não foi nenhuma surpresa quando o tema escolhido para a monografia de graduação foi a imigração uruguaia, e mais especificamente os imigrantes em Brasília. Na monografia entrei em contato com uma literatura que não conhecia, que discutia o sentimento de pertencimento desses uruguaios que estavam distantes da pátria (Muguruza, 2011). Ficou em evidência também, nessa monografia, a relevância do papel que a Embaixada, como representante do Estado, desempenhava para promover ou não a aglutinação de um grupo de pessoas cuja única característica comum, em muitos casos, era o local de nascimento. Aí começaram a surgir então os questionamentos que deram origem à presente dissertação, surgiu a vontade de entender melhor o processo que originava esse sentimento, e a história por trás dele. Mas como chegar a essas respostas?

Para vislumbrar a problemática que envolve a identidade nacional uruguaia, pareceu importante tomar um exemplo empírico. E o que aparece como uma questão atual é a comemoração do bicentenário da independência do país, que ocorreu no ano de 2011. Esse fato é especialmente interessante se for feita uma comparação com os festejos do centenário, que foi comemorado em 1930. Principalmente quando se pensa que, no período em que essa data foi celebrada, o país passava por um processo de

consolidação de uma identidade nacional através de políticas do Estado, um período que ficaria conhecido na história uruguaia como a “era Batlle”, que seria lembrada e rememorada como a era de ouro do país.

Com o objeto definido - a nacionalidade uruguaia - e um objetivo traçado – mapear o reforço ou o uso desse sentimento de nacionalidade com a ajuda da festa do bicentenário – faltava definir como esse trabalho seria feito. Analisar o papel do Estado nessa comemoração, e o discurso que propaga parece ser fundamental. A antropóloga Kelly Silva, ao analisar as comemorações dos 500 anos do Brasil, fala do papel do discurso do Estado. Segundo ela, o Estado assume um papel dual, já que é ao mesmo tempo ator e narrador dos eventos.

Embora essa dupla posição de sujeito seja partilhada por todos os agentes sociais, seria inadequado desconsiderar o poder do Estado em momentos como esses. É ele, por exemplo, que define quais acontecimentos devem ser fixados na memória da nação como seus sinais diacríticos definidos, entre outras coisas, pela institucionalização de feriados , além de fornecer os padrões valorativos que devem informar a apreensão desses eventos. (...) suponho ser o Estado uma das principais fontes morais para a fundação e a organização das cosmologias de nosso tempo. Essa função é ainda mais acentuada quando se trata de formular ideologias a respeito do que é a nação. Nas "comemorações do descobrimento", responder às questões do que foi, é e será o Brasil transformou-se em tarefa cotidiana. Nessa empreitada, o Estado apresentou-se como protagonista, embora disputasse com outros atores sociais o conteúdo das narrativas a serem contadas. (SILVA, 2003)

Com esse intuito busquei analisar o material produzido pelo governo uruguaio através de acesso na página web criada especialmente para abrigar informações sobre os festejos(<http://www.bicentenario.gub.uy/>), além das páginas de ministérios e outras instituições. Procurei também entrar em contato com as pessoas que formaram parte da Comissão do Bicentenário, formada pelo Estado para organizar e direcionar as comemorações. Além disso, outros atores-chaves foram contatados, principalmente historiadores que de alguma maneira estiveram envolvidos no processo de definição do que seria comemorado. Todos foram contatados por conta própria, através da lista disponibilizada na página web do bicentenário que elencava os membros da Comissão,

através de e-mails institucionais. Com todos os indivíduos contatados foram conduzidas entrevistas em profundidade. No capítulo 3 será feita uma análise das entrevistas feitas. Os entrevistados foram os seguintes:

- Gabriel Calderon e Bruno Gadea: Secretaria Executiva da Comissão, responsáveis pela idealização e organização dos festejos. Entrevistados em 15 de agosto de 2012.
- Jorge Franco: Ministerio de Transporte y Obras Públicas, foi responsável pela organização e logística da recriação do êxodo dos orientais. Entrevistado em 16 de agosto de 2012.
- Alejandro Gimenez: Ministerio de Turismo y Deporte. Como assessor cultural do Ministério, foi o responsável por acompanhar as reuniões da Comissão do Bicentenário. Entrevistado em 20 de agosto de 2012.
- Gustavo Penades: Senador do Partido Nacional, acompanhou todas as reuniões da comissão e esteve envolvido no processo desde a criação e votação da lei no parlamento. Entrevistado em 22 de agosto de 2012.
- Daniel Coira: Ministerio de Defensa Nacional, historiador, apesar de não haver acompanhado as reuniões da comissão, conhecia detalhes do processo decisório anterior. Entrevistado em 27 de agosto de 2012.

Também foi feita uma busca com palavras chaves nas páginas de internet dos jornais de maior circulação do país, mas essa busca resultou em poucos resultados, em sua maioria tratavam da programação das festas. Alguns artigos do jornal El País, entretanto, foram utilizados. O jornal é o de maior circulação no Uruguai, foi fundado em 1918, e é editado em Montevideu.

Ainda foi feito um levantamento detalhado de estudos que se debruçaram sobre as datas nacionais mencionadas, além da trajetória do país, que influencia sobremaneira o que é comemorado, o que é valorizado e o que se deixa cair no esquecimento.

Vale ressaltar então que a memória acaba desempenhando um papel central nessas investigações. Quando se trabalha com esse tipo de metodologia é importante levar em conta tudo o que ela envolve. Lidar com a memória, tanto a individual como aquela compartilhada por um grupo, é um trabalho rico e gratificante, mas que deve ser feito com cuidado. Michael Pollak (1992 e 1989) e Maurice Halbwachs (2006) nos ajudam a lidar com essas informações. Pollak afirma que :

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.(1992, p.201).

Assim, tomamos os relatos contados por esse grupo de pessoas e buscamos elementos comuns, que deixassem entrever questões mais profundas, e compartilhadas pelo grupo. Essas memórias, segundo os dois autores, sofrem influências do grupo, sendo reinterpretadas segundo a época em que aconteceram, o ambiente em que estão inseridos esses indivíduos agora, ou até mesmo de acordo com a pessoa que escuta a sua história. Entretanto, esses relatos, ainda que maleáveis e não precisos, nos fornecem material rico o suficiente para conduzir o trabalho aqui apresentado.

O trabalho, a partir dos objetivos e metas propostos, fica então organizado em três grandes seções, além das considerações finais. Por todo o trabalho estão distribuídas ainda imagens que ilustram o que está sendo dito. Para se ter uma compreensão maior das dimensões e características que tiveram esses festejos os registros fotográficos tem uma utilidade bastante interessante. Além disso, alguns registros de festejos do século passado também são utilizados, para ilustrar a dimensão comparativa. A primeira trata dos conceitos de nação e identidade nacional. Não é possível abordar um tema como esse sem definir qual é a linha que se quer seguir. E os autores escolhidos nesse caso vêem o processo de surgimento da nação como algo recente, muito recente, e como uma construção social. Assim, algumas visões diferentes são apresentadas, que guiarão as discussões que se seguirão no trabalho.

Na segunda seção é feito um apanhado dos principais fatos necessários para compreender o processo aqui analisado. É traçada uma linha cronológica que acompanha o nascimento e a formação e fortalecimento de um sentimento de pertencimento a um território. São utilizados autores uruguaios que majoritariamente questionam a chamada historiografia de cunho nacionalista, que vicia a história sob a luz de um paradigma fixo, da existência de uma “orientalidade” autêntica. Nesse capítulo temos a base necessária para entender algumas das controvérsias citadas anteriormente na introdução e que serão abordadas novamente com maior profundidade no terceiro capítulo.

Essa terceira seção mostra, através da análise de entrevistas e materiais divulgados pelo governo, como se deu a organização da festa, e como foi o processo decisório nos bastidores. Através dos dados apresentados nesse capítulo, temos acesso a algumas das polêmicas envolvidas no planejamento, e ao discurso oficial do atual governo, através de material produzido pelo próprio governo sobre o bicentenário.

Vale ressaltar ainda que o objeto deste trabalho é altamente dinâmico, no tempo e no espaço, revelando possibilidades de novas abordagens. Com a presente dissertação busca-se contribuir para o estudo do tema em geral e das implicações referentes ao Uruguai, em particular.

1 – NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

El nacionalismo requiere creer demasiado en lo que es evidente que no es como se pretende.

Eric Hobsbawm (1991, p.20)

Uma investigação sobre a identidade nacional de um país não pode ser levada adiante sem uma discussão detalhada acerca do conceito de nação, ou do que é o pertencimento a uma nação. São questionamentos cujas respostas nortearão o andamento do trabalho. Para isso, principalmente se levadas em conta as peculiaridades do caso uruguaio, se optou por utilizar autores que vejam esse fenômeno como socialmente construído e principalmente como algo muito recente na história, que não seria possível sem a existência de outras instituições fundamentalmente modernas. Neste capítulo será feita uma discussão baseada em autores que tem contribuído de maneira significativa para o estudo do campo da identidade nacional nos últimos anos, sempre tendo em vista os casos latino-americanos, e em específico, o caso uruguaio.

1.1 – Nação como comunidade imaginada

A contribuição de Benedict Anderson, e o seu conceito de “comunidades imaginadas”, é fundamental para entender melhor a problemática abordada. Para Anderson, a definição de nação é a que se segue: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana.” (Anderson, 2008, p. 32). É sob a luz dessa idéia de nação que, tanto os outros autores aqui citados, como o próprio trabalho, as questões a serem abordadas serão problematizadas.

Benedict Anderson, em seu livro “Comunidades Imaginadas” atribui a formação de Estados nacionais, pelo menos os europeus, à disseminação de uma língua nacional e seu uso pelo que ele chama de capitalismo editorial. Esse capitalismo

editorial nada mais seria que a popularização de romances, novelas e jornais periódicos. Anderson tenta mostrar como o êxito desse capitalismo editorial impulsionou a formação de novas comunidades imaginadas. E, segundo o autor, essas comunidades são imaginadas

porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (2008, p.32).

No caso europeu, a grande comunidade anterior, a cristandade, enfrentava uma decadência. O latim deixava de ser a língua utilizada pelas grandes monarquias e burocracias. E as línguas utilizadas dentro de determinados territórios foram unificadas e fixas de uma forma que pudessem ser mecanicamente reproduzidas, passíveis de disseminação pelo mercado, para serem lidas pela maioria dos falantes dessas línguas. Essas línguas impressas criaram um campo único de comunicação, e apenas então as pessoas que formavam esse campo tornaram-se conscientes de outras que pertenciam a esse mesmo campo. E mais, tornaram-se conscientes de que apenas elas pertenciam a esse determinado campo lingüístico. Anderson diz que:

“a convergência do capitalismo e da tecnologia da imprensa sobre a diversidade fatal das línguas humanas criou a possibilidade de uma nova forma de comunidade imaginada que, em sua morfologia básica, prepara o cenário da nação moderna.” (Anderson, 2008, p.82)

Entretanto, o autor destaca que isso não ocorre da mesma maneira com a formação dos Estados latino-americanos contemporâneos. Diz que é impossível explicar a sua formação nos mesmos termos dos Estados europeus. Observa, inclusive, que a língua nunca chegou a ser sequer tema nas lutas de independência. Afinal, esses Estados eram o que o autor chama de “estados crioulos”, e suas elites eram constituídas por pessoas que compartilhavam a língua e a ancestralidade com aqueles contra os quais lutavam. É válido apontar aqui a definição de crioulo com a qual o autor trabalha. Para Anderson, “crioulo é uma pessoa de descendência européia pura (pelo menos teoricamente), porém nascida na América (e mais tarde por extensão

em qualquer lugar fora da Europa)”. O autor ainda afirma que essas comunidades desenvolveram concepções precoces sobre sua condição nacional, bem antes que grande parte dos estados europeus, de qualquer maneira. Assim, segundo ele, esses novos Estados americanos são os primeiros a se definirem conscientemente como nações, tornando-se modelos reais de como deveria ser esse tipo de Estado.

Anderson questiona o surgimento de um sentimento de nação (ou como o autor o chama, *nation-ness*) em uma comunidade crioula, dentro da América espanhola, que chega a definir as populações oprimidas, que não falavam o idioma oficial, como compatriotas. Assim, o elo de unidade entre os diferentes não seria a questão da língua (mesmo que haja línguas diferentes), mas uma questão de unidade frente a um “inimigo” em comum: a metrópole e suas exigências. Aponta como prováveis causas do surgimento e fortalecimento desse sentimento a “segunda conquista das América”, uma série de medidas implementadas pela coroa espanhola (novos impostos, arrecadação mais eficiente, monopólios fortalecidos, comércio intra-hemisférico restringido, hierarquias administrativas centralizadas e intensa imigração de espanhóis) para enrijecer o controle sobre as colônias, aumentando a renda que esses territórios proporcionavam à metrópole. Esse enrijecimento do controle espanhol pode ser interpretado como causador de uma primeira insatisfação que, agravada por outros fatores explicitados mais adiante, originaria a Revolução de Maio. Anderson aponta ainda que esses novos estados sul-americanos haviam se organizado em unidades administrativas desde a época da conquista, e a administração espanhola fez com que cada uma dessas áreas se tornassem zonas econômicas distintas, o que poderia explicar a fragmentação do território controlado pela coroa espanhola.

Outro ponto de fundamental relevância para entender o que acontece no Uruguai, levantado a partir das proposições de Anderson, é a importância das festas ou comemorações. Se Anderson assinala a importância da imprensa, no caso europeu, uma vez que a imprensa atinge as elites letradas, a pergunta sobre a população se coloca: como aqueles que, por um motivo ou outro, não tinham acesso à essa imprensa eram alimentados pelo sentimento nacionalista? Afinal era muito frequente

que apenas uma pequena parte da elite freqüentasse escolas e fosse letrada. Aí reside também a importância do sistema educacional, que será apontada mais adiante, além das festas nacionais que acabavam por ter um alcance mais generalizado. Assim, a propagação desse sentimento nacional pode ser alimentada também pelas festas. “As festa tem sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes” afirma Lúcia Lippi (Oliveira, 1989, p.175).

Considerando o caso uruguaio, em especial o primeiro período de comemoração, é possível afirmar que se dá em ambas as formas, tanto pela utilização de grandes festas nacionais e outros eventos comemorativos, em datas escolhidas a dedo, como através do sistema educacional e da imprensa. Os jornais do país da época fizeram uma cobertura extensa sobre as comemorações do Centenário, que foram fundamentais para delimitar o que era essa nação insipiente e o que a caracterizava, como será visto com mais detalhes no capítulo 2.

1.2 - As tradições inventadas

Eric Hobsbawm também apresenta posições relevantes para se pensar a nação, principalmente quando traça um histórico detalhado do processo histórico que levou à formação dessa figura política. Em seu livro “Naciones y nacionalismos desde 1780” (1991) o autor começa propondo a questão do que é a uma nação, e diz que a característica principal dessa forma de classificar aos grupos de seres humanos é que não é possível descobrir nenhum critério satisfatório que permita decidir qual das numerosas coletividades humanas deveria rotular-se dessa maneira, apesar do fato que aqueles que pertencem a essas organizações dizem que é básica e fundamental, inclusive para a constituição de sua identidade individual (1991, p. 13). Ernest Gellner (1994), também citado por Hobsbawm, se soma ao questionar essa naturalização com a qual essa forma de organização social é vista. Gellner diz (1991, p.18):

Las naciones como medio natural, otorgado por Dios, de clasificar a los hombres, como inherente destino político, son un mito; el nacionalismo, que a veces toma culturas que ya existen y las transforma en naciones, a veces las inventa, y a menudo las destruye: eso es realidad

Assim, diferente do que faz Anderson, que tenta separar os conceitos de estado e nação e pensá-los de maneira individualizada, Hobsbawm afirma que a nação é uma entidade social apenas na medida em que se refere a essa classe de estado territorial moderno: o estado-nação. Para ele “de nada sirve hablar de nación y de nacionalidad excepto en la medida en que ambas se refieren a el” (19991, p. 18). Além disso, Hobsbawm faz uma ressalva importante para se lidar com esse conceito, que passou por algo que muitas vezes ocorre nas ciências sociais. O conceito de nação sofreu um esvaziamento de significado: foi usado tantas vezes, para se tratar de tantas coisas diversas e de maneira tão geral que pode significar pouca coisa em si. Pensando na expressão de Anderson, comunidades imaginadas, Hobsbawm questiona o motivo que levaria os indivíduos a desejarem imaginar esse tipo de comunidade como substitutiva, depois que perdem os laços entre as comunidades “reais”. Alega que possivelmente essas comunidades imaginadas preenchem o vazio emocional que fica depois que as comunidades e redes humanas reais se desintegram.

As línguas nacionais, para Hobsbawm, também desempenham um papel fundamental na criação dessa identidade nacional. Ainda quando essa língua nacional era usada cotidianamente por uma pequena parcela da população, enquanto que o restante falava vários idiomas, muitas vezes eram mutuamente incompreensíveis. Hobsbawm cita o impressionante dado que na Itália, no momento da unificação, apenas 2,5 por cento dos habitantes falavam o mesmo idioma, o italiano (1991, p.47). Fica claro com esse exemplo o papel que a unificação da língua desempenha por si só, criando uma unidade onde antes não havia. Afinal, em diversos países europeus, como a Itália do exemplo de Hobsbawm, havia uma identidade regional, mas não nacional. A unificação de uma única língua possibilita que outro elemento de identidade seja criado, e reforçado sobre tudo pelas escolas e pelo governo, que passam a utilizar essa língua oficial para tratar de assuntos vinculados à rotina diária de seus cidadãos.

Essa importância atribuída tanto por Hobsbawm quanto por Anderson à língua nacional pode ser vista também em Gellner (1994) na importância atribuída ao Sistema Educacional. Gellner inclusive se remete à Weber quando diz que “actualmente es más importante el monopolio de la legítima educación que el de la legítima violencia” (Gellner, 1994, p.52). São as escolas que ensinam, padronizam o idioma, lado a lado com o “capitalismo editorial” de Anderson. No Uruguai, veremos o quão importante foi a reforma do sistema educacional para a construção e reforço da identificação nacional e do sentimento de nation-ness de Anderson, no próximo capítulo do trabalho.

Além disso, Hobsbawm destaca que esses ideais de nação (língua, história e tradições), a princípio, eram compartilhados apenas por uma elite privilegiada, a nobreza ou pequena nobreza, que nesse caso sim, tinham uma língua comum, costumes comuns. Assim, essa “nação política” que se formula originalmente não é o que se considera que passa a ser o povo da nação, já que incluía apenas uma pequena fração dos habitantes do estado. Obviamente, com o tempo, foi possível ampliar o vocabulário e o conceito dessa “nação política”, para que abarcasse uma nação entendida como a massa dos habitantes de um país. Ainda que, como observa Hobsbawm, é provável que isso tenha ocorrido muito depois do que diz o nacionalismo retrospectivo (1991, p.83). O autor lembra que quando encontramos o que hoje classificaríamos como um movimento popular autônomo de defesa nacional contra invasores estrangeiros, como acontecia na Europa central dos séculos XV e XVI a sua ideologia era, aparentemente, social e religiosa, mas não nacional. Mas, principalmente depois da era das revoluções, os Estados começam a estar cada vez mais presentes nas vidas dos cidadãos, e passam a depender desses cidadãos, tanto para sustentar a máquina do estado, através da cobrança de taxas e impostos, quanto para serem funcionários do governo. Assim, os governos começam a “democratizar a política” (Hobsbawm, 1991, p.97), ou seja, converter os antigos súditos em cidadãos. Tal ato, segundo o autor, tende a

producir una conciencia populista que, según como se mire, es difícil de distinguir de un patriotismo nacional, incluso chauvinista, porque si “el país” es de algún modo “mio”,

entonces es más fácil considerarlo preferible a los países de los extranjeros, especialmente si éstos carecen de los derechos y la libertad del verdadero ciudadano.

Esses novos estados precisavam de uma “religião cívica” (1991, p.94) na medida em que precisavam de algo mais que passividade dos seus cidadãos. No Uruguai é possível observar com clareza o fortalecimento dessa “religião cívica” em fins do século XVIII e começo do XIX, como veremos no capítulo 2.

Para reforçar essa “religião cívica”, construir um sentimento de nation-ness e alimentar esses laços lançou-se mão, e ainda se lança, da invenção de tradições. Segundo Hobsbawm (2012, p.08)

por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (...)

Mas, como visto anteriormente - sobretudo nos depoimentos da historiadora uruguaia Ana Frega na introdução, e veremos nos próximos capítulos -, quando há a referência a um passado histórico documentado, a continuidade que se estabelece entre as chamadas tradições “inventadas” e esse passado registrado aparece de forma bastante artificial. Muitos movimentos ideológicos, grupos e instituições políticas, inclusive os movimentos nacionais e nacionalistas, que não tinham representantes no passado, próximo ou distante, sentiram que era necessária a criação de uma continuidade histórica, a existência de uma ligação mais profunda com o passado. Essa ligação ia além da continuidade histórica real, seja através do uso de lendas e mitos ou pela invenção pura e simplesmente. Para isso símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, a bandeira nacional ou a personificação da nação por meio de símbolos ou imagens oficiais (2012, p.14). E toda essa invenção de tradições se esforça para encontrar na história características que legitimem ações e funcionem como liga dessa coesão grupal (2012, p.21).

Portanto, não importa se o kilt moderno, por exemplo, símbolo da tradição e da identidade nacional da Escócia, foi inventado por um industrial quaker inglês na primeira metade do século XVIII (Trevor-Roper, 2012). O que importa é a maneira pela qual o kilt foi imaginado, como sendo tipicamente escocês, e como a idéia de que os escoceses usavam o kilt há muitos séculos pôde superar a idéia de que o mesmo era uma novidade na história daquele país. Parece que este caráter de invenção do kilt desapareceu do imaginário coletivo escocês, pois ele representa, hoje, um passado imemorial deste povo, se tornando assim um símbolo do Estado-nação 'Escócia'. Não é à toa que ele é usado "por escoceses e supostos escoceses desde o Texas até a cidade de Tóquio" (Trevor-Roper, 2012, p.51) em função de seu forte simbolismo identitário. No caso do Uruguai, esse processo de invenção, reinvenção e adaptação fica claro quando se acompanha a trajetória do significado do General Artigas, que será apresentado com detalhes adiante.

Faz-se então patente o quão importante é o papel dos historiadores, e da história, nesses casos. A história passa a atuar como grande legitimadora e propagadora do conhecimento ou ideologia da nação, já que essa história muitas vezes não corresponde exatamente ao que foi vivenciado, ou conservado na memória popular, mas ao que foi "selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo" (Hobsbawm, 2012, p.21). O autor ainda aponta o interesse que a invenção das tradições deve despertar nos estudiosos da história, já que segundo ele essas tradições são "altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a "nação", e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e daí por diante". Hobsbawm, além disso, diz que "todos esses elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação" (2012, p.21). Ele justifica então a importância do estudo dessas tradições inventadas uma vez que grande parte dos elementos que constituem essa forma de organização social consiste nessas tradições. O discurso da "história nacional" é exemplo disso, é elaborado com esse objetivo.

O autor fala ainda sobre como essa grande importância dada à identidade nacional, ou ao nacionalismo, acaba se tornando um substituto para outras maneiras de organização que proporcionavam aos indivíduos essa sensação de pertencimento, como uma igreja nacional, uma família real ou outras “tradições coesivas”. Aponta ainda que a classe que mais exigia essa nova modalidade de coesão era “a classe média em expansão, ou antes, a ampla massa intermediária que tão notavelmente carecia de outras formas de coesão. A esta altura, novamente, a invenção de tradições políticas coincide com a de sociais.” (2012, p.380).

Nesse movimento de ascensão das classes média ocorre um outro fenômeno descrito por Hobsbawm que se faz muito interessante de ser observado, principalmente quando se tem em mente os desdobramentos e peculiaridades ocorridas no Uruguai: a valorização e identificação do esporte como meio de identificação nacional. Esse, segundo o autor, parece ter sido mais que nada um fenômeno dessas classes médias, no começo do século XX. Vale lembrar que nesse período ocorre a disputa da primeira Copa do Mundo de Futebol, no Uruguai. O esporte proporcionava um instrumento de identificação nacional altamente acessível, sobretudo nas disputas internacionais, já que se vendo contra um time estrangeiro, por exemplo, as semelhanças dos compatriotas e diferenças dos oponentes eram ampliadas (2012, p.380). Vale ressaltar aí também que os esportes que cumpriam esse papel eram esportes tradicionalmente praticados por essa classe média, e que por isso alcançavam parcelas significativas da população. O futebol é esse exemplo por excelência.

1.3 – A memória e a valorização do passado

Shlomo Sand também faz uma discussão bastante interessante sobre nação e nacionalidade. Em seu livro "A invenção do povo Judeu", Sand, que é leitor e, de maneira geral, compartilha as idéias e conceitos de Anderson, Hobsbawm e Gellner, também destaca a importância do papel desempenhado pelo sistema educacional, e

aponta em particular o papel do ensino da história. Essa disciplina, segundo esses autores e de acordo com depoimentos já relatados na introdução, e que se repetirão adiante, é que doutrina e oferece forma e conteúdo para sentimentos patrióticos que serão inculcados nas escolas. Além disso, afirma que esse fator, somado às festas nacionais, dias de recordação, cerimônias oficiais, nome de ruas, monumentos aos mortos, documentários de televisão e vários outros “lugares de memória” criam “uma vivência imaginária bem antes de o pesquisador dispor de instrumentos que lhe permitirão analisá-los de maneira crítica” (Sand, 2011, p.35). Diz ainda, se aproximando das reflexões feitas por Hobsbawm e fazendo eco no que diz respeito à presença massiva de tradições inventadas nesse ramo da historiografia, que se toda a escrita da história é portadora de mitos, “aqueles da historiografia nacional são particularmente flagrantes” (2011, p.37).

Para definir a nação, Sand apresenta a definição de Gellner, que por sua vez apresenta uma série de condicionantes para que a comunidade estudada possa ser caracterizada como tal. Destaca-se a proposição que diz: “dois homens são da mesma nação se, e somente se, eles se reconhecem como pertencentes à mesma nação. São os homens que fazem as nações” (2011, p.07). Assim, apesar de compartilhar várias das idéias de Hobsbawm, Sand alinha-se mais à linha de Gellner nesse ponto. Enquanto que o primeiro coloca o processo de formação nacional como um fenômeno “de cima para baixo”, que parte das elites e depois se massifica, o segundo identifica esse processo como altamente dependente dos sujeitos.

Entretanto, apesar de classificar o nascimento da nação como um “verdadeiro processo histórico”, Sand também diz que “não é um fenômeno puramente espontâneo” (2011, p.79). Portanto, segundo o autor, essa nação, assim como a comunidade religiosa que a antecedeu, necessitava de rituais, festas, cerimônias e mitos, para que esse sentimento abstrato de pertencimento, fidelidade ao grupo, nation-ness, pudesse ser fortalecido. Necessitava de atividades culturais públicas e contínuas, “assim como da invenção de uma memória coletiva unificadora”, para que essa nova identidade pudesse se estabelecer e ser delimitada. Além disso, “um novo

conjunto de normas e práticas internas era igualmente necessário para a formação de uma metaconsciência, uma espécie de ideologia unificadora, o que constitui a doutrina nacional” (2011, p.79). Sobre a formação dos Estados-nações, Sand ainda diz que:

A formação das nações na era moderna se fez paralelamente à cristalização do pensamento nacional. Sem ele e sem seus instrumentos políticos e intelectuais, as nações não poderiam ter se formado nem, certamente, os estados-nações poderiam ter se cristalizado. Cada etapa da definição da nação e das grandes linhas de sua cultura foi fruto de uma realização consciente e intencional, que se tornou possível pela criação de mecanismos que permitiram esse procedimento. Quer dizer que, se a atividade nacional se fez conscientemente, o reconhecimento nacional se formou na ação. Tratou-se de fato de um verdadeiro processo simultâneo de representação, de invenção e de autocriação (2011, p.88).

Além da discussão sobre nação, é válido pensar também no processo de recuperação do passado de lutas pela libertação, que ocorre, sobretudo, nesses momentos de comemoração e resgate de fatos históricos. Essa recuperação da memória segue uma tendência global, de valorização do passado e de musealização, explicada por Andreas Huyssen (2000). Segundo o autor, a memória aparece, a partir da década de 70, como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais.

Como durante esse período, nos anos 70, o Uruguai e outros países da América Latina estavam sob regimes totalitários o culto à memória dessas nações começa só agora a ganhar força. Huyssen, contudo, ressalta que “nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar.” (2000, p. 16). O uso feito da figura heróica do general Artigas, e do presidente Batlle, são bons exemplos dessa recuperação e revalorização do passado. Além disso, o uso da figura de Artigas é bastante curioso, já que o personagem se prestou tanto para enaltecer os valores militares durante a ditadura, já que era um general, quanto para simbolizar o libertador e revolucionário, nos tempos da presidência do Frente Amplo. O general Artigas já era utilizado para representar valores da pátria na época batllista, em 1923, quando a sua famosa

estátua na Praça Independência, em Montevidéu, foi inaugurada. Essas peculiaridades na representação do grande prócer uruguaio serão retomadas com mais detalhes no capítulo seguinte.

O papel da memória também é destacado por François Guerra (2003, p.199), quando diz que a importância desta é considerável, sobretudo porque não se trata apenas de recordações comuns de acontecimentos favoráveis ou catastróficos, mas também de “una fuente de legitimidad para los derechos políticos de la comunidad”.

Mas é importante levar em consideração ainda essa “mudança dos tempos” e as conseqüências para os processos de formação de identidades do indivíduo, a que se refere o próprio Caetano, além de autores consagrados dos estudos culturais, como Stuart Hall e Garcia Canclini. O cientista político uruguaio, Gerardo Caetano, no livro de Figueredo (2011), ao responder uma pergunta sobre uma suposta impermeabilidade do uruguaio à fascinação pelo futuro, fala sobre como essa “cultura pasatista”, de valorização desproporcional do passado, começa a dar sinais de esgotamento, mas alerta que é necessário evitar que essa ilusão com o passado dê origem a um puro presente contínuo, sem utopias ou raízes. Hall (2005) fala de uma fragmentação das identidades, onde o que antes era definidor para um determinado indivíduo vai perdendo a força. Ao mesmo tempo Canclini (2008) fala sobre os Estados nacionais, que constituíam esses atores e os localizavam dentro dos debates, e que vem perdendo a sua força. O autor diz até mesmo que:

La situación actual se caracteriza por una crisis general de los modelos de modernización autónoma, *el debilitamiento de las naciones y de la idea misma de nación*, la fatiga de las vanguardias y de las alternativas populares.

Stuart Hall, ao discutir a fragmentação de identidades ocasionada por essa pós-modernidade, fala da fragmentação de paisagens culturais que antes forneciam ao indivíduo sólida localização como indivíduos sociais. Sobre a “produção” da identidade nacional, Hall (2005) diz que:

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas

Hall compartilha da noção de comunidade imaginada de Anderson, e diz que um dos meios de construir essa comunidade é exatamente pelo compartilhamento de mitos de origem, histórias que tem a capacidade de organizar um passado caótico e prover um significado mais profundo a determinados acontecimentos. Hall (2005) diz que as nações são fundadas sobre esses mitos. Ainda quando Hall (2006) menciona a formação da identidade nacional e do sentimento de pertencimento nas nações caribenhas, problematiza o fato de que a questão central para pensar esses termos é ter em mente o que diferencia essas nações, quando todas são tão próximas tanto regionalmente quanto cultural e historicamente. Paralelo que pode facilmente ser aplicado aos países do Rio da Prata, que compartilhem tanta história.

Sobre a relevância do mito de origem, Gerardo Caetano tem uma hipótese bastante interessante, de que o país tem uma origem problemática, e por isso não tem um “mito de origem”, e sim um “mito do passado de ouro”. Esse passado enaltecido seria o começo do século XX, a Era Batlle, período que será mais detalhadamente explorado no próximo capítulo.

En otras palabras, el mito de un "pasado de oro" podía sustituir al mito de los "orígenes" como cimiento consistente y perdurable de la nacionalidad. La exaltación del "Uruguay batllista", con toda su cadena de equivalencias posibles ("Suiza de América", "laboratorio de los locos", "país de utopías", "Uruguay feliz", "país de las vacas gordas", etc.) y con sus rasgos más distintivos, ha supuesto en más de un sentido esa operación. (Caetano, 1990, p.25)

Vale manter essa hipótese em mente ao analisarmos a história uruguaia dos dois últimos séculos, e os discursos proferidos por especialistas e governo a respeito das festas do Bicentenário, que serão vistos nos próximos capítulos.

1.4 - As particularidades do caso uruguaio

François Guerra (2003) é outro autor que partilha do conceito de Anderson sobre as comunidades imaginadas, mas faz a ressalva de que não só a nação moderna é imaginada, mas o são todas as identidades coletivas, sejam elas antigas ou novas. Toda identidade coletiva, segundo ele, é uma construção cultural, entendida de uma maneira ampla, sem limitar o cultural a elementos como a língua, a religião, os mitos históricos, as particularidades étnicas – reais ou supostas (2003, p.185)

Os fundadores dos novos Estados, os construtores das novas nações eram em sua maioria *criollos*, lembra Guerra, na mesma linha do que já disse Anderson, e compartilhavam com seus adversários nas batalhas de independência, sejam americanos ou espanhóis, tudo o que em outros lugares servirá de fundamento para a nacionalidade: uma mesma origem ibérica, uma mesma língua e cultura, as mesmas referências políticas e administrativas. Guerra problematiza o uso do termo “nacionalidade”, já que a situação latino-americana difere em tantos fatores da constituição de nações européias, estudadas por Hobsbawm, Anderson, Gellner e tantos outros.

Si se nos obligara a pesar de todo a usar dicho término [nacionalidad], podríamos decir que el problema de América hispánica no es el de diversas nacionalidades que van a llegar a formar un Estado, sino el problema de construir “naciones” separadas a partir de una misma “nacionalidad” hispánica. Evidentemente, tal formulación es anacrónica, pero con ella queremos indicar precisamente que la independencia de la América hispánica, como a la de las 13 colonias británicas unas décadas antes, no puede aplicarse el esquema de las nacionalidades, sino el de la ruptura de un conjunto político plural dotado, sin embargo, de una gran homogeneidad cultural. De ahí surge buena parte de las incertidumbres de los nacientes Estados hispanoamericanos: sobre qué identidades colectivas apoyarse para fundar la nación? (p. 186)

Guerra utiliza bastante, então, o conceito de identidades políticas, em uma tentativa de esclarecer o que se passou na América Ibérica. Explica que essas

comunidades políticas de pertencimento não são necessariamente as divisões administrativas nas quais os representantes da coroa exercem sua autoridade (Vice Reinos, governações, audiências, intendências, etc), mas aquelas que formam a sua trama social: corpos de todo tipo, com poderes diversos, particularmente o de justiça, que segundo ele é o atributo essencial de todas as autoridades do antigo regime, e sobretudo das estruturas políticas territoriais.

Guerra insere também na discussão as problemáticas enfrentadas pela própria Espanha na definição de uma nacionalidade coesa. Formada por quatro reinos diferentes (Catalunha, Valencia, Castilla e as províncias Vascas), a expressão *las Españas* reflete de maneira mais acurada o caráter plural desta que é de fato “una pirâmide de comunidades políticas superpuestas”. Assim, as identidades políticas na América aparecem escalonadas em níveis, complementares e não contraditórios. O autor aponta a dificuldade de pensar a Monarquia espanhola como uma nação como razão da implosão do mundo hispânico. Além disso, ao destacar que as elites criolas compartilham com a metrópole diversas características, ainda acrescenta que

los americanos compartían todos estos elementos con los reinos peninsulares de la Corona de Castilla hasta el punto que la diferencia cultural que separaba los reinos castellanos de Cataluña, Valencia o de las provincias vascas era incomparablemente mayor que su diferencia con los reinos americanos (2003, p. 213)

Vemos então que o processo de formação dos Estados Nacionais e suas respectivas identidades está longe de ser algo rígido e sem contradições, como nos fizeram acreditar nas cadeiras escolares. Esse processo não é algo que aconteceu de maneira natural, acima de questionamentos. Sofreu influências fortes das elites da época, e tem particularidades específicas segundo a localização e momento histórico no qual se forma. A naturalização dessa forma de organização muitas vezes não permite que questionamentos pertinentes sobre processos históricos sejam feitos, questionamentos esses fundamentais para entendermos a nossa própria história.

Assim, seguindo o processo de desconstrução de algumas certezas, passamos ao processo histórico do Uruguai propriamente dito. Apresentaremos os fatos históricos

mais relevantes para os objetivos da pesquisa, sempre tendo em mente as teorias e conceitos apresentados neste capítulo.

2. CONTEXTUALIZANDO: DUZENTOS ANOS DE URUGUAI

El Uruguay no es hijo de la frontera sino del mar, y el mar era inglés.

Alberto Methol Ferré

Para entender melhor qualquer problema que se estude em um determinado lugar, conhecer sua história é importante. Mais ainda se tratando de um elemento fundamentalmente ligado ao processo histórico, como é a formação da identidade nacional.

Em outras palavras, a identidade nacional é um processo historicamente constituído, sobretudo se consideramos que o estado nacional uruguaio foi resultado de uma disputa entre duas metrópoles coloniais. Neste sentido, as características do contexto histórico uruguaio a serem destacadas são aquelas que estão relacionadas às conjunturas políticas e econômicas.

2.1 – Os primeiros habitantes: os charruas e “*los gauchos*”

Tendiendo al campo la vista

Solo vía hacienda y cielo

Martín Fierro

A princípio, a área que hoje é o Uruguai não despertou interesses nem de portugueses, nem de espanhóis. Os conquistadores, no século XVIII, estavam interessados em buscar metais preciosos, e esse território não tinha nada disso a oferecer. Daniel Vidart, antropólogo uruguaio fala sobre esse desinteresse inicial por parte de colonizadores

La banda Oriental del río Uruguay, una comarca suavemente ondulada, cubierta casi en su totalidad por un apretado y tierno tapiz de gramíneas, había sido declarada por las autoridades coloniales “*tierra de ningún provecho*”. No existían en ella yacimientos de metales nobles ni piedras preciosas; en sus escasos bosques, concentrados a orillas de las arterias fluviales o en las quebradas serranas, no prosperaban especies arbóreas tales como la quinua o el palo brasil, codiciadas por su fácil comercialización, y,

finalmente, los charrúas y los minuanes, pertenecientes a la combativa etnia pámpida, habían desbaratado con su fiereza y sus boleadoras, que derribaban los caballos y emparejaban la lucha, los esporádicos intentos colonizadores iniciales (2012, p 84).

Assim, a região foi usada para a criação de gado, constituindo algo como uma grande fazenda de Buenos Aires. A princípios do século XVII, Hernandarias, o então governador da província de Buenos Aires, recomenda ao rei espanhol que ocupe as terras a leste do rio Uruguai com tropas de gado, depois de uma expedição ao território. Alguns anos depois, seguindo a própria recomendação, leva até o território que hoje é o Uruguai um número pequeno de vacas e touros, que amparados pelo clima favorável e por pasto abundante, se multiplicam prodigiosamente. E quando essas *“minas de carne y cuero”* se constituem em um recurso gratuito, o administrador da aduana de Buenos Aires adverte que *“podría rendir más riqueza que la dada por todas las minas del Perú”* (Vidart, 2012, p. 85)

A área não tinha grandes povoamentos, os indígenas nativos, os charruas, não se submeteram ao domínio espanhol e mais tarde foram exterminados quase que em sua totalidade. Sobre esse extermínio o antropólogo uruguaio Daniel Vidart (2006) diz:

Si el genocidio, o sea la muerte física de las tribus (...) no había sido total, sí lo fue el etnocidio. En el caso de los charrúas el etnocidio se tradujo en el reparto de las “chinas” y sus “crías” sobrevivientes, separadas para siempre una de las otras por expresa determinación del Superior Gobierno, según rezan los documentos de la época.

Em que pese esse extermínio, que será valorizado no início do século XX como condição que separa o país das outras repúblicas latino-americanas, e a ausência de indígenas na composição da população uruguaia, a herança de uma mítica “garra charrua” é com freqüência invocada como traço distintivo do “ser uruguaio”. Essa característica, ultimamente, é associada ao desempenho da seleção uruguaia de futebol. Vidart (2012, p.98) comenta, divertido: *“[la] mítica “garra” se invoca cuando, catástrofe muchas veces frecuente, vamos perdiendo por goleada”*.

Sobre a contribuição indígena para a composição da população do país, que oscilou entre ser negada e reinventada, o antropólogo afirma:

Ni hoy por hoy, ni ayer por ayer, somos o fuimos indios, ni puros, como mentía Hidalgo, a fuerza de ser un rabioso antigodo, ni mestizos palmarios, como los que brotan a lo largo de las rurales veredas colombianas o desde el fondo agrícola de las hoyas ecuatorianas. Somos un país de gente intensamente europeizada, tanto somática como culturalmente. El indio fue, es cierto, el dueño primitivo de nuestro territorio, tal cual nos enseñan los textos escolares. Nosotros venimos a ser, nos guste o no, quienes aprovecharon el trabajo sucio de sus verdugos, ya los espadachines de Garay, ya los fusileros de Rivera (2012, p 295).

É então partir da criação de gado que começa a se constituir a identidade do país, segundo Eduardo Acevedo (1933). Os poucos colonos que lá viviam são muitas vezes descritos como solitários, homens do campo, que para sobreviver nada tinham que fazer além de capturar uma das muitas cabeças de gado existentes. O gado estava solto, não havia cercas nos pastos. Os *gauchos*, como são chamados, são descritos como pessoas livres, sem apego. Não haviam muitas famílias constituídas, as mulheres ficavam sozinhas com seus filhos. As poucas tentativas de povoamento partiram dos jesuítas, que trouxeram paraguaios já convertidos para habitar as missões. E mesmo essas missões sobreviviam do gado.

El caballo otorgaba el medio fácil de movilidad y tránsito y el vacuno la cómoda subsistencia. La Banda-vaquería establece así su singular estilo y desde entonces tierra de jinetes. En el siglo siguiente, erguido en el lomo de los baguales, surgirá el gaucho, como tipo representativo de esta sociabilidad. Colonia y Montevideo señalarán, a su vez, con su presencia de bastiones, el duelo de los imperios ibéricos por el dominio del río y de la rica provincia, como prefacio de una disputa que insertará la condición de frontera como nueva dimensión de la tierra oriental. (Abadie, Bruscherá e Melogno, 1966, p.12)

“*Aire libre y carne gorda*” se transforma no mote da época, tempo de abundância e liberdades míticas. O comércio do couro era de tal maneira lucrativo que os *gauchos*, esses cavaleiros solitários, deixavam a carne a apodrecer nos pastos, depois de retirar do animal a parte que interessava (Vidart, 2012).

É somente a partir do momento que os portugueses começam a demonstrar interesse pela área, fundando o povoado de Colônia do Sacramento e invadindo a região para contrabandear gado, que os espanhóis começam a agir para estabelecer o

seu domínio sobre o território então chamado de Banda Oriental del Uruguay. Em 1724 é fundada a cidade de Montevideú, e o seu porto passa a ser um dos principais do Vice-reinado do rio da Prata. No entanto, Montevideú, assim como o resto do país, dependia de Buenos Aires, uma vez que estava proibido pelo monopólio de fazer comércio com quem quer que fosse.

Começa a surgir uma rivalidade entre Montevideú e Buenos Aires. A primeira deveria estar sob as ordens da segunda, mas por possuir um porto importante, em termos de tamanho e localização, na desembocadura do Rio da Prata, acabou conquistando uma certa autonomia.

Aproveitando-se do que ocorria na Espanha, que batalhava contra tropas francesas de Napoleão, o que deixou incerto por um período de quem era o comando das colônias, Buenos Aires inicia a Revolução de Maio, em 1810, visando a Independência da Espanha. Segundo François Guerra, a invasão da Espanha por Napoleão e a abdicação forçada do rei a favor de José Bonaparte, recusada unanimemente por espanhóis e americanos, abre caminho para uma revolução que em nada se anunciava (p.204). O governo da cidade de Montevideú se manteve fiel à metrópole espanhola, mas dentro do país, nos povoados onde o modo de vida do *gaucho* continuava, surge um apoio à revolução, liderado por José Artigas

A crise gerada pela queda da monarquia borbônica depois da invasão napoleônica da península colocou em questão a organização política do conjunto dos domínios da Coroa. O governo de Buenos Aires, como capital do antigo Vice Reino do Rio da Prata, se entendeu depositário da soberania em 1810. Diferentes facções tentaram centralizar a organização do conjunto do espaço do vice reino sob sua hegemonia na organização das “Províncias Unidas” com capital em Buenos Aires. Esse projeto competiu mais ou menos exitosamente com outras formas de organização estatal ensaiadas então. As províncias se conformaram como unidades políticas autônomas ligadas por distintos pactos de alianças mais ou menos estáveis. Depois da crise da monarquia em 1808, durante as guerras da independência, as partes integrantes do antigo vice reino se constituíram como entidades políticas que se

denominaram “províncias”, e as vezes “repúblicas” ou “estados”, como sujeitos de direito natural em situação de dependência para decidir esses acordos supra provinciais

Assim, as forças revolucionárias se concentram em Buenos Aires, e as leais à coroa espanhola em Montevideú. As forças revolucionárias ganham diversas batalhas, como a de Las Piedras, e sitiaram Montevideú. Mas a cidade é um porto e não enfrenta grandes dificuldades para se manter durante o sítio. Conseguir suprimentos, angariar alianças e até organizar ataques a Buenos Aires não é um desafio. Montevideú envia mensageiros para o Rio de Janeiro e recruta a ajuda dos portugueses. Enquanto isso novas forças leais a coroa avançam no território do que hoje é a Argentina desde o Alto Peru (hoje Bolívia), onde batalhas pela independência também foram travadas. Frente a essas novas ameaças, e às invasões portuguesas no território da Banda Oriental Buenos Aires decide firmar um pacto com a coroa e assina um armistício. Negocia com o governador espanhol do Vice-Reino do Rio da Prata, do qual Buenos Aires era a capital, a entrega do território do Uruguai, como compensação pela perda desse Vice-Reino.

O general Artigas, nomeado “jefe de los orientales” durante o sítio, encontra o Uruguai novamente ligado à Espanha e decide organizar uma resistência e continuar a guerra. Mas manter o sítio e continuar onde estava significava correr o risco de perder o que já haviam conquistado até então, perder terras, bens, familiares e suas próprias vidas. O general organiza uma marcha de retirada que ficaria conhecida como o êxodo dos orientais. A marcha atravessa o país, percorrendo mais de 500 quilômetros, chegando até a província de Entre Rios, na Argentina, e reúne uma quantidade impressionante de pessoas e animais. A mando do general foi feito um levantamento entre àqueles que acompanhavam a marcha: haviam cerca de 900 famílias, 4 426 pessoas, entre elas 486 escravos. Além de civis estavam as tropas do general, composta por cerca de 4000 homens, e os charruas, que haviam estabelecido uma aliança militar com Artigas contra os invasores portugueses. Esses acompanhavam a marcha em seus próprios termos, seus acampamentos eram separados. Cerca de 40 mil cavalos e 8 mil bois de tração, além do gado para consumo diário, ainda reforçavam

a marcha. Na época haviam cerca de 30 mil pessoas no território à leste do rio Uruguai, e estima-se que cerca de um terço dessa população acompanhou o general Artigas.

Na última metade do século XIX, essa marcha, que antes foi vista como expressão da barbárie e do horror, segundo a historiadora Ana Frega, passa a ser vista como elemento formador da identidade nacional, como o começo de um sentimento de “orientalidade”. A época o episódio ficou conhecido como “la redota”, nome que por muitos é interpretado como expressão *gauchesca* para *la derrota*. Frega explica que isso é um equívoco comum, que é necessário levar em conta os sentimentos e humores dessas pessoas que, segundo ela, não era de derrota. Para a historiadora, a expressão denota apenas “rotas”, caminhos, trajetos. A intenção desse general, que chegaria a ser visto como o grande prócer do Uruguai, era montar um governo democrático, republicano e federalista em um território que abrangia não só o atual Uruguai, mas parte do Rio Grande do Sul e algumas províncias da Argentina.

É válido ressaltar que não só esse episódio específico sofreu uma mudança considerável na maneira como era visto e interpretado. A própria figura do general Artigas foi vista e revista mais de uma vez. Apenas em 1855 as cinzas do “fundador da nacionalidade” são repatriadas, já que o general morre no Paraguai. É em 1883 que a marcha ganha, do historiador Clemente Figueiro, o nome de êxodo, com todas as conotações bíblicas que vinham atreladas. A idéia de um patriarca guiando o povo para uma terra livre do jugo dos opressores perdura por muito tempo, e segundo Frega essa idéia de um herói criador que minimizava o papel do povo só serviu às classes dominantes de todas as épocas. Em meados do século XX o jornal El País publica uma série de artigos sobre o prócer, entre os quais um artigo de Carlos Maggi, que resgata o termo *la redota*, e propõe que se substitua pelo “êxodo”, já que a primeira expressão seria mais característica da cultura rural do movimento. Durante a década de 1960 surge uma outra imagem de Artigas, de um homem do campo, revolucionário, idealista de uma união latino-americana. Essa nova forma de retratar o general é combatida pela ditadura militar, que desde 1973 proíbe o uso do nome de Artigas em espetáculos musicais e teatrais através da censura, e considera uma afronta aos valores nacionais o conteúdo social e revolucionário do artiguismo.

Além disso é interessante a análise que a historiadora Ariadna Islas faz no documentário *Los caminos de La Redota* (2011). Ao acompanhar como muda a maneira como é retratado o episódio por grandes pintores uruguaios, como Juan Manuel Blanes, é possível ver também como muda a percepção de cada época. Nas imagens mais antigas, produzidas no final do século XIX, Artigas aparece em primeiro plano, no centro, conduzindo as colunas do exército. A cada lado são retratadas as famílias que o seguem e o que se supõe serem os povos originários, sempre mais afastados. Em meados do século XX as representações mudam, e o povo não está seguindo Artigas somente, mas estão acompanhando o movimento, e o general se mistura às pessoas. A marcha é retratada de com uma perspectiva lateral. Em algumas representações, o general chega a desaparecer das imagens. Na imagem que segue, vemos a representação de Juan Manuel Blanes da Batalha de *Las Piedras*, pintada nos últimos anos do século XIX, que está exposta no Museu Histórico Nacional, em Montevideu. A pintura retrata o momento da rendição espanhola na batalha. Na figura seguinte vemos a recriação da famosa pintura, feita por bailarinos locais e cidadãos comuns, além de atores, que desempenharam o papel das figuras centrais, na ocasião da comemoração dos duzentos da batalha, na cidade que leva o mesmo nome. A recriação foi realizada em frente ao obelisco, que marca o local da batalha ocorrida há dois séculos.



Figura 1. La Acción de Las Piedras, Juan Manuel Blanes



Figura 2. Recriação da "La Acción de Las Piedras", em 18 de maio de 2011, em Las Piedras, publicada no "Libro de los festejos", 2013

Com as invasões do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a partir de 1816, vários povoados do Uruguai são tomados e ocupados. Depois de anos batalhando, em 1821, o Uruguai é finalmente anexado ao território do Império luso-brasileiro, tornando-se a Província Cisplatina. Esse momento de grande confusão e indefinição para esse território, ora argentino, ora espanhol, ora português, é indicado por Carlos Real de Azúa “como uno de los remolinos problemáticos que amenazaban el precario equilibrio logrado en el costado occidental del mundo tras la derrota de Napoleón” (Frega, p. 102). Autoridades estrangeiras, sobretudo inglesas, tiveram papel fundamental na resolução desses conflitos.

Ana Frega (2009) faz um apanhado das correspondências diplomáticas entre cônsules ingleses da época, e desenha um panorama bastante intrigante. Thomas Samuel Hood, agente britânico que não foi reconhecido como cônsul oficialmente, já que vinha para um território bastante indefinido politicamente, manifestava um certo ceticismo sobre o futuro dessa nova entidade política, afirmando que se não contava com o apoio de “algumas nações desinteressadas”, conduziria “a uma interminável anarquia e confusão, a destruição da melhor parte, de longe, da América do Sul” (Frega, 2009, p. 119). Já John Murray Forbes, representante diplomático dos Estados

Unidos em Buenos Aires, acreditava que a saída proposta pela Grã Bretanha era “a criação de um Governo neutro e independente na Banda Oriental, sob a garantia da Inglaterra”, arranjo que “provavelmente faria de Montevideú um porto livre”. Em sua opinião, segundo Frega, aquilo era equivalente a formar uma colônia disfarçada. A elite do país, liderada por seguidores de Artigas, se dividia entre separatistas, que queriam o estabelecimento de um país completamente independente; e unionistas, que queriam a anexação às Províncias Unidas do Rio da Prata, numa espécie de federalismo. Haviam até mesmo aqueles que defendiam uma anexação ao território brasileiros, e os que se posicionavam favoráveis a que a Banda Oriental fosse declarada protetorado da Grã Bretanha, estes últimos comerciantes interessados nos benefícios que derivariam desse arranjo.

Em 1828, Hood lamenta não poder obter maior informação sobre os “verdadeiros sentimentos” da população, devido a que “cansados da prolongação da guerra, desejam a paz em quase qualquer termo, e por tanto se transformaram completamente passivos em política”.

Na figura XX, a seguir, podemos ver um mapa geográfico datado de 1827, no qual a Província Cisplatina aparece como parte do Império do Brasil. Além dessa província, aparecem anexados também os território de Entre Rios, São Pedro, Paraguai e países adjacentes. A carta foi realizada no marco das disputas do período e dedicada ao Imperador Pedro I.

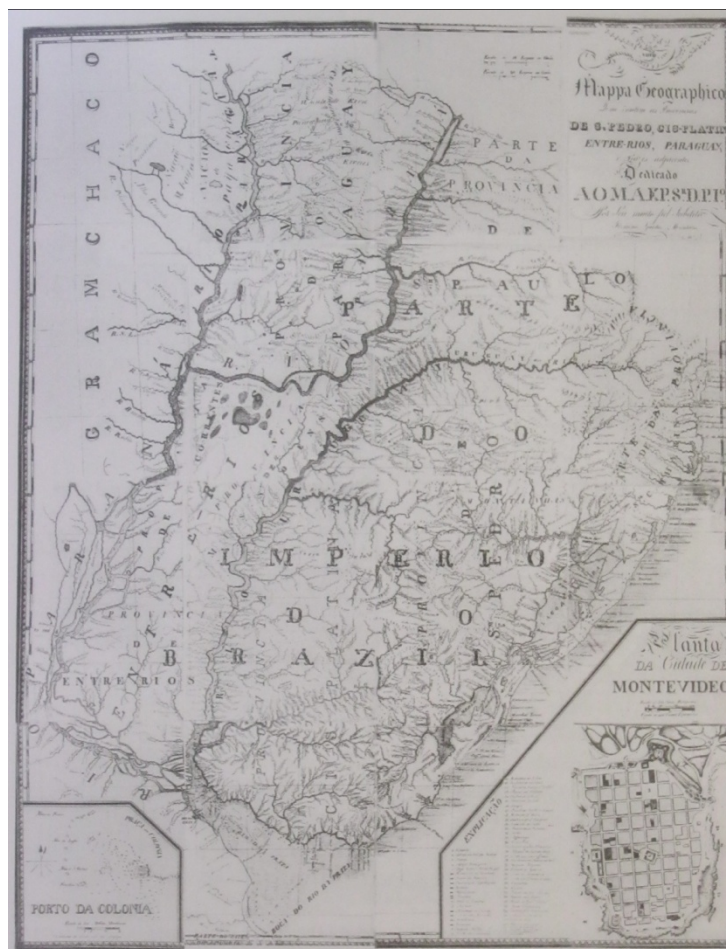


Figura 3. Novo Mappa Geographico, 1827. Fonte: Frega 2009

Assim é assinada, no Rio de Janeiro, a Convenção Preliminar de Paz, depois de contínuas disputas e com o apoio da Inglaterra, em 27 de agosto de 1828. Através desse acordo o Imperador do Brasil e o Governo da República das Províncias Unidas declaram sua vontade de que a Província de Montevidéu (Cisplatina) se constituiria em um estado livre e independente. Foram dispostos também os termos em que ambos beligerantes, portugueses e “argentinos”, desocupariam o território, além da nomeação de um governo provisório, a aprovação de uma Constituição e o apoio a estabilidade do novo Estado. A Convenção fazia a ressalva, porém, de que a navegabilidade do Rio da Prata ficava garantida.

A Convenção que oficializa a existência do que será o Uruguai é então redigida em português e assinada pelo Brasil e Argentina. Surge o "Estado tampão" entre as

duas grandes forças da América Latina, função que atendia interesses ingleses, dentre outros. Gerardo Caetano (1990, p 23) chega a dizer que:

“no hay uruguayo que no sepa, en el fondo del corazón que el Uruguay nació a la historia como ‘Estado tapón’. Es un fantasma persistente, no iluminable por las empecinadas acrobacias para censurarlo de nuestra vieja historiografía”.

No entanto, essa Convenção elaborada as pressas sequer delimitava o território desse novo Estado, o que foi um dos problemas que teve que enfrentar para se consolidar como tal nos primeiros anos de sua vida independente. A fronteira com o Brasil, única “fronteira seca” do país, não foi delimitada até outubro de 1851. A historiografia uruguaia de caráter nacionalista atribui esse silêncio absoluto ao interesse expansionista dos vizinhos (Islas ,2009, p. 169). O historiador Daniel Coira, entrevistado para este trabalho, explica porque a bandeira do Uruguai tem nove listras:

Como en uno de los artículos de la convención preliminar de paz establecía que para instalar un nuevo estado, que llegaron a un acuerdo que se instalara, había que revisar primero ellos la constitución y como existía la premura de paz lo que se acordó es que no se fijara los límites del nuevo estado así contrariamente de lo que dicen algunos manuales positivistas este estado nació sin definir sus límites porque si se ponía a discutir cuales eran los limites la guerra continuaba. Así que la forma que encontraron de definir el territorio (..) la constitución original en su borrador dice el territorio del estado, no dice de la república, porque no era una república, del estado oriental es el conjunto de sus nueve circunscripciones departamentales. Es decir los nueve departamentos administrativos en que estaba dividido el territorio es el territorio, y no se definen las fronteras porque si no se entra en disputa entre Brasil y las Provincias Unidas de nuevo. Y por eso el territorio del Estado Oriental, luego la República Oriental del Uruguay las definen las nueve franjas, las cuatro azules y las cinco blancas. **Así que si eso es una nación yo soy el emperador de Japón.** (grifo meu) (Entrevista com Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

O mapa apresentado abaixo é datado de janeiro de 1893, foi traçado pelo historiador José María Reyes, e é um dos primeiro que apresentam o território definitivo do país. Foi retirado de uma publicação que contem um apanhado de planos topográficos de grande valor histórico, feita pela Direção Nacional de Topografia do

Uruguay, dado para mim pelo diretor do órgão, Jorge Franco, em entrevista realizada em agosto de 2012.



Figura 4. Carta Geográfica de la República Oriental del Uruguay.

Além disso, o domínio sobre esse território indefinido parecia refletir um espaço de pactos e encontros violentos entre diferentes grupos sociais e culturais. Islas (2009) cita José María Reyes, que escreve em meados do século XIX, e informa que o território, que tinha sua população instalada desde os rios Daimán até o Quareim, e era “hostilizada tenazmente pela tribo Charrúas”, não se controlaria efetivamente até 1831,

já que é somente nessa data que ocorre o extermínio desses indígenas. Reyes faz aí uma menção ao famigerado Massacre de Salsipuedes, onde tropas governamentais comandadas por Fructuoso Rivera - que viria a ser o primeiro presidente constitucional do país pelo Partido Colorado - conduzem o que veio a ser o ponto alto do extermínio dos índios charruas.

E é nesse período, após a assinatura da Convenção Preliminar de Paz, que os dois partidos tradicionais são fundados, o Partido Nacional ou Blanco e o Partido Colorado. Ambos são fundados por seguidores de Artigas, que o acompanharam no êxodo e, durante um período, seguiram suas ordens nas tropas revolucionárias. Esses dois partidos irão se revezar no poder, criando um sistema com feições bipartidárias, até a fundação do Frente Amplo em 1970 e sua vitória nas urnas em 2004, que finalmente transforma o cenário político do país para um sistema de três terços. (Negri, 2009). É possível dizer em linhas gerais que o Partido Nacional era defensor de uma oligarquia rural e o Colorado de interesses de grupos urbanos da capital, vinculados ao desenvolvimento liberal de mercado.

Assim se estabelecem as bases para a formação do Estado que viria a tornar-se conhecido como a Suíça da América. Um estado cuja economia era baseada principalmente na pecuária, designado durante muito tempo como um país democrático, com predomínio das classes médias e um sistema, para fins práticos, bipartidário.

Entre 1860 e 1920 o país recebe a principal onda migratória, vinda principalmente da Espanha e Itália. Esses imigrantes eram tantos que modificaram fundamentalmente a população existente. Ainda hoje é mais fácil encontrar uruguaios que se lembrem de seus bisavós que chegaram nos grandes navios do que de algum antepassado nativo. Logo, o desenvolvimento urbano do país foi impulsionado tanto pela saída de trabalhadores do campo, provocado pelos “cercamentos” das terras, como pela migração européia.

2.2 - A era Batlle

Em 1903, com a eleição de José Batlle y Ordoñez, que pertencia a um setor minoritário do partido Colorado, e a conseguinte implantação do "modelo batllista" o país se desenvolve economicamente, baseando-se no intervencionismo do estado, exportação de produtos primários (carne, couro e lã principalmente) e indústria de bens finais para consumo interno. O modelo batllista foi altamente reformista, implementando mudanças fundamentais nas políticas de Estado do país. Esse modelo consolidou a primazia do Estado sobre o indivíduo, e nas primeiras décadas do século XX, estabeleceu as bases de uma identidade nacional que perduraria.

O modelo de Batlle é o que instaura o laicismo de estado com sua força total, que promove uma integração uniformizante, defende e constrói uma sociedade hiperintegrada, como diz Caetano (2011). A meta desse Estado era construir um “*crisol de identidades*”, o *melting pot* norte americano. Caetano diz ainda que esse método obteve um sucesso inquestionável na forja de uma nacionalidade inclusiva, mas ao mesmo tempo implementou, de maneira indireta, uma sanção à diferença. A integração valia para certos estereótipos sociais e culturais. Como já vimos anteriormente, a discriminação contra os indígenas, por exemplo, continuava presente de tal forma que a própria existência desse grupo como parte de um Uruguai unificado era negada.

Gerardo Caetano cita o escritor Horacio Araujo Villagran, que em 1929 publicou um livro intitulado *Estoy orgulloso de mi país*, por ocasião das festividades do Centenário, no qual o autor enumera os seus motivos de orgulho e insiste em alguns temas que pareciam estar em voga:

Hemos repetido que en la República no hay indios, que en otros países del continente contituyen la rémora. Quiere esto significar, que los dos millones de habitantes que forman hoy la población absoluta del territorio uruguayo valen mucho más que los seis u ocho millones de indios semi-salvajes, que figuran haciendo numero en las estadísticas de otros países de América. Para la formación del tipo nacional ha entrado solamente una raza, la raza blanca; pero ha habido el cruzamiento de blancos de diversos países. De esta mezcla ha resultado un tipo amante del suelo nativo, amigo de instruirse, celoso

de las instituciones, que se interesa y apasiona por la vida pública. Es un tipo que no denota ninguna inferioridad ni física ni intelectual con respecto al europeo, ya que sabe evolucionar, marchar con el progreso, haciendo que su país forme en las filas de vanguardia de la civilización. (Villagrán apud Caetano, 2011, p. 113)

Até meados da década de 60 o país desfruta de prosperidade econômica e usufrui de um estado de bem estar social, iniciado pelo modelo Batlle, raro para a época. O modelo de Batlle foi a base de um modelo econômico e tornou o país pioneiro na aprovação da lei de jornada de trabalho de oito horas diárias (Ranincheski, 2010, p. 23). Foi o primeiro país da América Latina, também, a garantir o direito ao divórcio, em 1917, um dos primeiros a estabelecer o sufrágio feminino e a segunda nação do mundo a implementar um sistema educativo gratuito obrigatório e laico. A implementação e reforço da laicização do Estado, e principalmente das escolas laicas, foi uma bandeira importante para Batlle, e um fator importante nessa consolidação de uma nova idéia de cidadania e nacionalidade.

Para Abel Pérez, um influente pedagogo batllista, a escola servia como “usina produtora de patriarcas”. A saída de deus das escolas e a implementação de uma moral laica afirmariam uma noção de pátria compartilhada por esses novos cidadãos (Caetano, 2011). Nesse período foram construídas várias escolas públicas, foram formulados cursos noturnos para adultos, criadas escolas para alunos especiais. Para Pérez, “las desigualdades sociales, ante las cuales nada puede hacer la ley, no transpan ni deben transpasar los umbrales de la Escuela, dentro de la cual todos los alumnos son iguales.” (Pérez apud Caetano, 2011, p.227). Nesse processo os estados delegaram a educação uma função dupla: atuar como guardiã e transmissora de bens e valores culturais, inclusive inventando tradições se necessário, e a de ser artífice da socialização, papel chave num país formado pelos que “bajaron de los barcos” (Caetano, 2000, p. 70). Tudo isso justificava o esforço do Estado para atrair os jovens para suas escolas, habilitando o abandono definitivo de suas tradições de origem, impondo um idioma nacional novo e monolítico, uma nova história e etc, transformando-os assim em cidadãos e trabalhadores modernos.

El semisalvaje niño de campo [...] va a la escuela no sólo para aprender a leer y escribir, sino principalmente para cambiar su andrajoso traje por otro mejor, después para aprender a dominar las violentas manifestaciones de esa indómita y salvaje naturaleza agigantada por su vida errante y libre [...] Va luego a aprender allí a rendir culto a los próceres de fueron los que le dieran la tierra donde vive a mar esa misma tierra y conocer como se engrandece y progresa y aprender los deberes y obligaciones del ciudadano, va a conocer las maravillas del trabajo humano. [...] La escuela primaria es pues elemento primero para la formación indispensable en la formación de la vida colectiva civilizada. Los países nuevos, cuya población se compone del promiscuo aluvión de todas nacionalidades de Europa, juntamente con los indígenas, deben dar una grandísima importancia a la instrucción primaria. (Perez, Abel apud Caetano, 2000, p. 71)

Destaca-se, portanto, a importância da escola, da educação e do sistema público em todos os níveis como um dos valores forjados no princípio do século XX e mantidos ao longo do tempo.

2.3 - Centenário - tradição inventada

Em 1930 a escolha da data em que se comemorariam 100 anos da primeira constituição uruguaia não aconteceu sem controvérsias. Como não se chegava a um acordo sobre qual era a “real” data da independência, a questão foi levada ao parlamento uruguaio, que se transformou em um peculiar tribunal historiográfico (Caetano, 1990). As opções eram as datas de 18 de julho (jura da primeira constituição, em 1830) e 25 de agosto (declaração da Independência do Brasil, em 1825). O *batllismo*, partidário do 18 de julho, buscava, através da defesa dessa data, enaltecer o protagonismo histórico de Fructuoso Rivera, fundador do partido e figura chave nas batalhas pela independência, como vimos anteriormente.

No senado, que tinha maioria colorada, ganhou o 25 de agosto, e na câmara, de maioria *blanca* (*partido Nacional*), ganhou o 18 de julho. Como a Assembléia geral nunca se reunia para discutir a questão, ambos os “Centenários” foram comemorados.

Ambos tiveram, inclusive, cerimônias e reconhecimento oficial: em 25 de agosto de 1925 se inaugura o novo Palácio Legislativo, e em 18 de julho de 1930 se joga a primeira partida do primeiro campeonato mundial de futebol em Montevideu, no novo Estádio Centenário. Na figura a seguir é possível ver o Desfile Inaugural no estádio na ocasião de sua inauguração, no Campeonato Mundial de 1930:



Figura 5. Desfile inaugural do Estádio Centenário. Fonte: Caetano, 2000

A comemoração do Centenário, em 1930, segundo Caetano (2011) marca uma síntese de processos que vinham ocorrendo desde o início do século. Processos de reafirmação de identidades, de reformas sociais, e de construção de um Estado mais forte que o cidadão. As idéias de nação e cidadania se converteram em uma coisa única, confusa.

E foi durante as primeiras décadas do século XX, especialmente pela celebração desse centenário, que a sociedade uruguaia pode completar seu primeiro modelo de configuração nacional (Caetano, 2000, p.09).

Por múltiples motivos, las celebraciones y los debates del centenario se constituyeron en el símbolo identificador por excelencia del primer momento de apogeo de esa síntesis de identidad uruguaya. Y en esta, como vimos, ciudadanía y nación tendieron a asociar en forma entrañable sus sentidos para la mayoría de los uruguayos (Caetano, 2011, p 111)

As celebrações e disputas que envolveram o Centenário permitem identificar com bastante clareza a divisão partidária forte que permeia a construção do país. O batllismo, por um lado, concebeu o Centenário para afirmar certos aspectos centrais da sua “reforma moral”. Assim, defendeu a idéia de uma celebração mais orientada ao futuro que ao passado, associada com a execução de um amplo plano de obras publicas e leis sociais. Os nacionalistas – com firme apoio da Igreja Católica, que vinha perdendo espaço com as reformas empreendidas pelo batllismo – defenderam com muito vigor a data do 25 de agosto como dia da independência nacional, denunciando o que julgavam ser um boicote de batllistas e colorados para diminuir todas as celebrações vinculadas com os acontecimentos protagonizados pela “Cruzada Libertadora” de 1825. Nesse marco, era muito freqüente a contraposição pelos nacionalistas das figuras de Artigas e Batlle, invocando-se de forma reiterada a opinião de que este não se contava entre os “devotos de Artigas”, e que os batllistas não era artiguistas. Em 1913, o jornal *La tribuna Popular* chega a denunciar a atitude “prescindente” do governo presidido por Batlle frente a reivindicação da ereção de um monumento a Artigas.

Los poderes públicos no han cumplido, aun entre nosotros, el primero de los deberes que el patriotismo les impone. El monumento a Artigas brilla por su ausencia en el centro de nuestra gran plaza. Decretada hace ya bastantes años, su erección se parece al Mesías de los judíos: el pueblo uruguayo lo espera sin saber cuándo va a llegar. (Caetano, 2000, p. 35)



Figura 6. Monumento a Artigas, antes da inauguração. Fonte: Caetano, 2000



Figura 7. Inauguração do Monumento à Artigas, em 1923. Fonte: Caetano, 2000

Nas duas figuras acima é possível o tão esperado monumento, que foi inaugurado em 1923. Na segunda imagem, é possível observar a quantidade de pessoas que comparece ao evento de inauguração. A figura abaixo é o ouro modelo que concorria com o vencedor. No modelo abaixo, que se encontra no Museu de Artes visuais, em Montevideo, o general Artigas é representado de maneira um pouco mais próxima ao que se pensa ser a real. Em um cavalo crioulo, como os que haviam na época, e com os trajes típicos do *gaucho*. Mas o modelo que ganha, que está até hoje na Praça Independência, é o General com uniforme militar.



Figura 8. Projeto de Juan M Ferrarri. Fonte: Caetano, 2000

Nesse período, diversas obras foram produzidas com o intento de cristalizar ou definir uma identidade nacional, ou o ser uruguaio. Entre elas se destacam as obras de Luis Alberto Herrera, político e historiador uruguaio, que ocupou diversas vezes a presidência do Partido Nacional. María Laura Reali (2009) faz uma análise sobre suas obras, e afirma que diversos elementos de sua proposta, tais como o lugar central atribuído aos chamados partidos históricos na elaboração de um relato sobre o passado uruguaio, a importância dada a essa narração na consolidação de um sentimento de pertencimento coletivo e a definição de um “tipo nacional” ligado a construção arquetípica do “gaucho” podem encontrar-se nas obras históricas e literárias escritas por compatriotas nesse período. Assim, os caudilhos e os “gauchos valerosos” da independência, os líderes revolucionários e os combatentes das guerras civis, o proprietário e o trabalhador rural constituíam elementos chave da formação nacional, pelo menos num terreno simbólico. Vale ressaltar, entretanto, que esses atores sociais não eram entidades “naturais”, senão categorias construídas por Herrera e por outros no marco da sua elaboração de um relato sobre as comunidades surgidas da colonização espanhola no novo mundo.

2.4 O Uruguai contemporâneo

Durante a década de 60 o país mergulha em uma grave crise social. Sua economia depende das divisas geradas pelo setor pecuarista, que está estancado desde a década de 30. Além disso, a carência de recursos naturais não alimentícios e a pequena dimensão do Estado não permite que as exportações alcancem níveis competitivos. O plano do governo que tomou posse em 1959, do Partido Blanco, foi preparado pelo Fundo Monetário Internacional. Coube então à população uruguaia enfrentar as conseqüências desse plano – abandono do protecionismo industrial, arrocho salarial, liberação das taxas sobre importação e autofinanciamento das autarquias. E ainda a renovação do acordo em 1962 prometeu eliminar, com a maior brevidade possível, os subsídios ao custo de vida.

Paralelamente ocorrem acirradas lutas dentro da sociedade uruguaia. Sindicalistas, apoiado por estudantes universitários, travam batalhas para defender seus salários. E a direita, encorajada pela Embaixada dos Estados Unidos, começa a operar com métodos fascistas. Surgiram nessa década as organizações que se pronunciariam nos anos da ditadura. O esquadrão da morte (milícia paramilitar) e a *Juventud Uruguaya de Pie (JUP)* e do outro lado o *Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros*. Sob um governo conduzido por uma oligarquia de grandes empresários – somando os ativos de todas as empresas representadas pelos titulares, colocados em postos importantes do governo, o poderio econômico da equipe governamental era estimado em 50 milhões de dólares – as empresas estatais foram abandonadas ou privatizadas. O país entra em um processo de crescente acentuação da crise econômica, aumentando em proporções astronômicas a dívida externa do país.

A partir de julho de 1968 houve *Medidas de Seguridad* quase ininterruptas, grande repressão social, partidos políticos de diversas vertentes e sindicatos foram postos na ilegalidade, jornais e semanários foram fechados, centenas de uruguaios foram presos e as Forças Armadas começaram a ser altamente beneficiadas em termos econômicos.

Nas eleições de 1971 a esquerda uruguaia busca uma vitória nas urnas, formando uma grande coligação das forças de esquerda, que constituíram o *Frente Amplio*. Porém, após um período eleitoral bastante conturbado, sai vitorioso Juan Maria Bordaberry, poderoso fazendeiro vinculado ao ruralismo. Bordaberry assume em 1 de março de 1972 e quarenta dias depois decreta o “estado de guerra interno”. São suspensos as garantias individuais, o direito de reunião e a inviolabilidade do domicílio. Contudo, sob o pretexto de que a subversão continuava agindo no país, a 27 de junho de 1973 concretiza-se o golpe de Estado. Nesse dia é divulgado, por uma cadeia de rádio e televisão, o texto decreto assinado pelo Presidente da República, que declarava a dissolução do Congresso. Através do mesmo texto, criava-se um Conselho de Estado, com o objetivo de desempenhar “as funções específicas da Assembléia Geral”. Prevê-se a elaboração de um anteprojeto de Reforma Constitucional “a ser oportunamente submetido a plebiscito” e se proíbe a divulgação, pela imprensa oral,

escrita e televisada, de “todo o tipo de informação, comentário ou gravação que direta ou indiretamente possa mencionar ou se referir ao disposto pelo atual Decreto atribuindo propósitos ditatoriais ao Poder Executivo, ou possa perturbar a tranqüilidade e a ordem públicas” (JCC, 1976).

No mesmo dia do Golpe começa uma grande paralisação de todas as indústrias, serviço público estatal e privado, autarquias comerciais e industriais do Estado, administração, transporte, atividades portuárias, bancárias e comerciais. Essa greve, apoiada pela Frente Ampla e pelo Partido Nacional, dura quinze dias e é até hoje a mais longa da história uruguaia.

Depois de um governo militar longo e violento, em março de 1985 o governo retorna às mãos dos civis. Segundo dados da SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos), no relatório “Direito à Memória e à Verdade” (2007), no Uruguai foram mais de 400 mortos e desaparecidos durante o período ditatorial. Muitos deles foram assassinados na Argentina. Em 1985, ainda, é aprovada uma lei de anistia que excluía todos os delitos cometidos a partir de 1962 relacionados a ações subversivas, mas deixava de fora os policiais e militares que houvessem cometido delitos na luta antissubversiva. Em 1986 é aprovada outra lei, a *ley 15.848 de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado*, que anistia os militares. Essa lei será fruto de polêmicas e plebiscitos até o ano de 2011, quando o parlamento uruguaio aprova uma lei que derruba a *Ley de caducidad*, que garantia a anistia.

Com uma economia em recessão desde a década de 60, em 2002 a crise atinge seu ápice, com uma severa e violenta crise bancária, resultante da crise da Argentina em 2001. Por possuir até então um sistema bancário bastante atrativo (possibilidade de se fazer depósitos em qualquer moeda, facilidade para abrir contas novas e histórico de intervenção do Banco Central em benefício dos bancos) milhares de argentinos tinham depósitos em bancos uruguaio, e a crise ocorrida nesse país resultou em uma retirada maciça desses depósitos, atingindo o sistema bancário uruguaio até quase seu colapso. Fernando Antía (2002) apresenta dados em seu artigo que permitem vislumbrar a amplitude da crise. Assim, como consequência dessa crise devastadora,

os salários reais sofreram uma queda brutal e a taxa de desemprego atingiu seu ápice. Segundo Antía,

En los primeros nueve meses de 2002 se produjo una formidable fuga de capitales. Se retiraron más de 6.000 millones de dólares de los depósitos constituidos en el sistema bancario, casi 46% del total existente a fines de 2001. Los depósitos de no residentes cayeron en un 65% y los de residentes casi en un 30%.

Todos esses fatores colaboraram para que, em 2005 fosse eleito o socialista Tabaré Vázquez, candidato pela coalizão esquerdista *Frente Amplio*. É a primeira vez na história do país que um candidato de um partido não tradicional chega ao poder. O governo de Vázquez se estende a um segundo turno, e em 2010 o ex-guerrilheiro, também do *Frente Amplio*, José Mujica, é eleito para a presidência.

Assim, é importante entender o contexto e como se desenvolve a celebração do bicentenário que será em 2011. Em agosto de 2010, o presidente aprova a lei 18.677 que decreta 2011 o ano de celebração do bicentenário do processo de emancipação oriental. Ter em mente o cenário que levou à formação de uma nação uruguaia, com a sua característica bipartidária, apoiada nesses dois partidos nacionais, e o surgimento de um terceiro partido de esquerda muito mais recente é fundamental para entender algumas nuances que caracterizaram as comemorações do bicentenário. Na próxima seção do trabalho, veremos como esse contexto histórico afeta a percepção das comemorações nos bastidores das festas.

3 - O BICENTENÁRIO DO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO ORIENTAL, 2011

Entendendo que, para ter uma compreensão mais ampla do processo que culmina na formação de uma nova nação, e do reforço e construção do que significa pertencer a essa nação, é útil se ater a alguns elementos simbólicos, e o que foi escolhido aqui, como já foi explorado em outra parte do trabalho, é a comemoração do Bicentenário uruguaio.

Assim, como já vimos, no ano de 2010 o governo uruguaio (governo do *Frente Amplio*) inicia os preparativos para a comemoração do Bicentenário do Processo de Emancipação Oriental, que celebra os fatos históricos que conduziram à liberdade do povo oriental, segundo informado pelo próprio governo uruguaio, através de página da web criada especificamente para abrigar informações dos festejos (www.bicentenario.gub.uy).

Nessa página é possível encontrar notícias sobre as diversas comemorações relacionadas ao bicentenário, o texto completo da lei que decreta o bicentenário, a formação da comissão criada pela lei, a secretaria executiva, uma galeria de fotos e vídeos dos eventos que passaram, uma agenda com a programação futura, uma área para downloads, onde é possível acessar o *Libro de los festejos*, já citado aqui, além do texto intitulado “*Que se conmemora*”, que será citado aqui. Tanto o texto citado, quanto a *Ley del Bicentenario*, número 18.677, podem ser consultados no anexo desta dissertação. A página continua a ser atualizada, a lei prevê que as festas e comemorações do Processo continuarão até 2015. Vale ressaltar então que a pesquisa que baseia esse trabalho foi produzida no meio do processo. O ciclo de comemorações não havia encerrado, e ainda haveriam grandes comemorações em 2013, e previsões para continuar até 2015. Então esse trabalho apresenta um recorte parcial.

Vale ressaltar também que no Uruguai o acesso à internet vem se ampliando de maneira considerável nos últimos anos, o que amplia a repercussão da página na internet mencionada. O Plan Ceibal (Conectividade Educativa de Informática Básica

para el Aprendizaje en Línea), criado em 2007, permitiu que todas as crianças matriculadas em escolas públicas do país recebessem um computador com conexão wireless. Além disso, na maioria das praças, parques e prédios públicos é possível ter acesso á internet livre e de qualidade.

E, assim como acontece no Brasil nos anos que antecedem as comemorações dos 500 anos do descobrimento, como relatado por Silva (2003), é necessário criar uma nova data de comemoração. No Brasil, como conta a autora, havia uma grande tradição de celebrar o dia anterior, o 21 de abril, por mais de um motivo inclusive. Mas o 22 de abril passou despercebido para a memória pública nacional durante muitos anos, e assim era necessário criar uma tradição comemorativa para a data. Para isso, no caso brasileiro, a mídia teve papel fundamental, principalmente a Rede Globo. Foram utilizadas pela emissora e pelo Estado várias estratégias para a construção simbólica da nova data.

No caso uruguaio, como veremos a seguir, o processo aconteceu de maneira mais caótica, mais tortuosa. Não passou por um planejamento com grande antecedência, - como foi o caso da Globo, que instalou grandes relógios pelo país que mostravam uma contagem regressiva até o dia 22 de abril de 2001 - e nem contou com o apoio de nenhum grande veículo midiático. Nem o consenso sobre uma data a ser comemorada estava estabelecido, como foi possível observar do artigo do jornal El País citado na introdução.

3.1 – O discurso oficial

Na página web citada, sobre o bicentenário, ao selecionar a opção “O que se comemora?” há um longo texto explicando quais são as datas a serem comemoradas, entre outras informações. No primeiro parágrafo do texto, vemos com bastante clareza o que se tentará mostrar e compreender ao longo do trabalho. Os trechos em negrito são da própria página.

Con motivo de la **celebración del Bicentenario del Proceso de Emancipación Oriental** enmarcamos los festejos en un espacio de libertad, igualdad, justicia y solidaridad que convoque a los uruguayos más allá de toda frontera a recordar juntos un momento de su historia y a proyectar su futuro. Estos valores fundamentales nos permitirán **repensar nuestras identidades** en la ocasión de rememorar aquellos hechos que durante el año de 1811 formaron parte de los procesos regionales que determinaron, a través de distintos ensayos de organización política, la formación de nuestro país y de otras repúblicas en la región. Estos años de conmemoración nos permitirán afirmar nuestro **sentido de pertenencia como sociedad uruguaya y asegurar la integración de las diversas identidades que nos caracterizan**. Todo ello se suma a la idea de construcción de la república, como uno de los principales fundamentos de la tradición del artiguismo que queremos sostener aún en nuestros días.

Nesse texto é possível identificar a importância dada ao sentimento de *nation-ness* como citado por Anderson, além de vislumbrar uma mudança ao que era exaltado nas celebrações do Centenário. Vemos aqui as diferenças asseguradas, em substituição ao *melting pot* citado por Caetano.

As datas nacionais de referência são modificadas então sem nenhuma discussão oficial aparente. Não ocorreu nenhuma consulta pública, ou debate aberto. Todo o debate a que tive acesso aconteceu nos bastidores, levado adiante por um punhado de historiadores insatisfeitos ou opositores políticos, como será visto mais adiante. O marco deixa de ser a jura da primeira constituição, em 1930. Assim, o 25 de agosto, que apesar das discussões apresentadas no capítulo anterior, acaba se afirmando como data nacional. As datas passam a ser uma série de eventos ocorridos durante o ano de 1811, principalmente o Grito de Asencio (que marca o começo da revolução no Uruguai, em 28 de fevereiro), a Batalha de Las Piedras (em 18 de maio, que ocorreu nos arredores de Montevideu, e teve como consequência o sítio à cidade) e o Êxodo dos Orientais, já abordado com detalhes no capítulo anterior.

Através da página oficial do bicentenário, que, quando primeiro acessada em 2011, disponibilizava a programação dos eventos, notícias relacionadas aos festejos, fotos e vídeos destes e outras informações gerais, foi possível também ter acesso a outros materiais. Em 2013 foi adicionada uma nova seção “descargas”, que permite a

visualização online de um livro, chamado “Libro de los festejos”, produzido majoritariamente pela equipe que realizou os festejos, para registrar as comemorações ocorridas em 2011 (http://issuu.com/bicentenariouruguay/docs/bicentenario_-_libro_de_los_festejos). Esse livro contém depoimentos de figuras importantes envolvidas no processo, como o presidente Jose Mujica, e inúmeras fotos que registram os principais eventos. Nas primeiras páginas do livro nos deparamos com a epígrafe, uma citação de um discurso do general Artigas, datada de abril de 1811, convocando os compatriotas às armas para defender-se dos tiranos que os ameaçavam. Logo depois, na introdução, temos um texto do presidente Mujica, que começa nos remetendo à memória, em um discurso muito semelhante àquele dos historiadores e autores aqui citados:

Hoy sabemos que la memoria humana ni por asomo es un banco de datos, ni es una colección ordenada de fotos. Las imágenes del pasado que nos formamos inevitablemente están rodeadas de pensamiento y de imágenes más o menos contemporáneas. En términos estrictos, el recuerdo no existe en forma fidedigna, apenas aproximaciones que los hombres vamos cambiando. No hay, por lo tanto, una visión histórica definitiva, porque además cambia nuestra perspectiva, hombres sujetos del tiempo y el acontecer. Sin embargo, esas viejas sombras que aletean en la memoria, rodeadas de nuestra imaginación son, talvez, la expresión necesaria e inevitable para encontrar las claves para el hoy y, sobre todo, la afirmación para el mañana (2013, p.09).

O texto assinado pelo presidente continua, e ele afirma que um sentimento de nação “profundamente republicano” é reafirmado, onde ninguém é melhor que ninguém, e todos caminham com humildade. Diz ainda que conseguiram estabelecer na “injusta América Latina” o país mais equitativo do continente. Esse discurso casa bem com a figura do presidente simples e modesto, que vem ganhando uma popularidade cada vez maior entre seus vizinhos, nas redes sociais e nos demais continentes, e atraindo olhos interessados para o *paísito*.

A introdução do presidente é seguida por um texto assinado pelo Ministro da Cultura Ricardo Erlich, presidente da Comissão do Bicentenário em 2011. Nele, o ministro diz que os festejos foram pensados em um espaço de liberdade, igualdade,

justiça e solidariedade, que convocasse a todos os uruguaios, além de quaisquer fronteiras. Faz aí uma alusão clara ao Departamento 20, instituição que agrega os milhares de uruguaios que hoje moram fora do país. O texto é seguido por uma seção onde se explica o que se comemora, bastante semelhante àquela encontrada na página. Mas mesmo nesse espaço explicativo é possível entrever questionamentos que apareceram ao elaborar os festejos, como a dualidade de interpretação acerca dos fatos históricos mencionados:

... es importante reflexionar sobre nuestra Historia, conocer aquellos hechos que algunos consideran fundacionales de la nacionalidad mientras que otros los enmarcan en procesos de organización de los Estados de la región rioplatense (2013, p.13).

Ao apresentar as comemorações do êxodo, que recriaram a marcha do General Artigas pelos diferentes Departamentos, o presidente é citado mais uma vez, atribuindo à esse episódio características de formação de identidade:

Esta gesta libertadora levantó en esta parte del continente el pendón de la república y a partir de ahí, dándonos cuenta o no, en tiempos de monarquía comenzamos a ser una república que en primer término fue gaucha y a caballo (2013, p.89)

As escolas também foram envolvidas nas comemorações, mantendo a tradição de repassar valores através no sistema educacional, já discutida anteriormente.

Os escolares uruguaios, até o 6º ano da *escuela*, usam túnicas brancas compridas, com uma grande “gravata” azul ao redor do pescoço. Os alunos de trinta escolas rurais que estavam no caminho por onde passaria a recriação da *redota* foram incluídos na comemoração. Eles entregaram sua gravata azul, *la moña*, aos cavaleiros que compunham a marcha e em troca receberam uma comemorativa do bicentenário. O trajeto feito em 1811 demorou quase dois meses para ser completado, enquanto que o de 2011 durou doze dias nos quais se visitaram escolas, se doaram bibliotecas e se plantaram árvores. Segundo a publicação oficial, “se intentó transmitir a los escolares el

concepto de pertenencia a un colectivo que les es propio y a la vez los trasciende” (2013, p.268)



Figura 9. Moña Bicentenário. Fonte: Libro de los Festejos



Figura 10. Escolares participando das festas. Fonte: Libro de los Festejos

Além disso, é interessante observar o símbolo escolhido para ser a logomarca do bicentenário. Esse logo, como pode ser visto no livro publicado pelo governo, e mais

adiante no discurso dos secretários executivos, está em todo o material relacionado com a festa, desde publicações de livros com recursos da festa, a camisetas, canecas, bandeiras. Na página da internet e no livro produzido não há nenhuma explicação sobre o processo de criação do símbolo, mas pode despertar uma certa curiosidade porque as cores do desenho escolhido são vermelho, azul e branco. O azul e o branco são facilmente identificáveis, são as cores da bandeira uruguaia. Mas e o vermelho? Aí vale lembrar da bandeira de Artigas, a que o general levava nas suas campanhas. Nessa, além do tradicional azul e branco, figura uma grossa faixa vermelha diagonal, que a atravessa de uma ponta a outra. É possível ver a bandeira nos registros fotográficos da recriação da Marcha dos Orientais, sendo levada por diversos cavaleiros.



Figura 11. Logo Bicentenario Fonte: e-mail oficial Embaixada

Figura 12. Bandeira de Artigas. Fonte: wikimedia commons



Figura 14. Rua 18 de julho. Fonte: bicentenario.gub.uy



Figura 13. Marcha do Êxodo. Fonte: Libro de los Festejos

3.2 – Os entrevistados

Para entender melhor o processo de planejamento da festa pensei que poderia ser interessante conversar com aqueles que estiveram diretamente envolvidos em seu planejamento. Assim, entrando na página governamental do bicentenário, tive acesso à lista de nomes dos membros da Comissão e seus respectivos órgãos. Busquei então na internet, entrando na página desses órgãos, o endereço eletrônico de cada um dos membros da Comissão. Muitos responderam que na verdade não participaram do planejamento da festa ou das reuniões, de outros ainda não obtive nenhuma resposta, mas um número surpreendente de pessoas, incluindo dois senadores da república, não só responderam como foram muito solícitos e se disponibilizaram a ajudar no que pudessem. Assim, consegui planejar uma viagem para agosto de 2012, para passar vinte dias na capital, já com várias entrevistas marcadas. Infelizmente algumas das pessoas com quem me comuniquei por e-mail não estavam disponíveis na data da viagem, e ainda tive dois cancelamentos de entrevistas. Mas as que aconteceram

foram muito proveitosas, dando, inclusive, um novo direcionamento ao trabalho e abrindo novos tópicos de interesse.

Com todos os entrevistados o contato foi tranqüilo, foi feito no local e hora que escolheram, usualmente seu local de trabalho, de acordo com a sua disponibilidade. Algumas entrevistas duraram pouco menos de 30 minutos, enquanto outras bem mais de 1 hora. Para todos foram feitas as mesmas perguntas, na mesma ordem. O roteiro foi composto de uma série de perguntas abertas, que davam margem ao entrevistado responder de diversas formas, e buscavam uma resposta ampla, que incluísse opiniões e trajetórias individuais. Através dessas respostas completas foi possível encontrar diversos elementos comuns, essenciais para a produção desse trabalho. A lista de entrevistados e datas das respectivas entrevistas foi vista na introdução da presente dissertação.

3.3 - A organização das festas

O relato dos dois membros da secretaria executiva, Bruno Gadea e Gabriel Calderon, é de fato muito esclarecedor para que se entenda como foram planejadas as festas de 2011. Os dois estiveram a cargo de todo o projeto das festas, submetendo os projetos para aprovação da Comissão do Bicentenário, mas como eles mesmos contam, tiveram uma liberdade considerável no planejamento da festa. Os dois se conheciam de anos atrás, por haverem trabalhado juntos na Secretaria de Cultura de Montevideú, e são bastante jovens, tem entre 25 e 30 anos. Segundo contam, o bicentenário desde o principio esteve planejado como um evento de integração entre as diferentes facetas do governo, inclusive os quatro diferentes partidos políticos com representação, o que foi bastante enfatizado pelos dois.

Pelo relato dos dois, pode-se evidenciar ainda a controvérsia da data escolhida, como já apresentado anteriormente:

nosotros pasamos por una primera etapa donde se cuestionaba mucho la fecha que se estaba conmemorando de hecho el Uruguay, si uno pensara cual es la fecha obvia para festejar probablemente se otra que no sea, estamos hablando probablemente del 25 de agosto de 1825 o el 18 de julio de 1830 serian las fechas que están marcadas en rojo en el calendario, no el 1811. (Entrevista com Bruno Gadea, Montevideo, 15 de agosto de 2012)

La decision planteada fué enmarcarse en los festejos del bicentenario de la región, como en todas las fechas ninguna era la concreta, si no que todas eran el proceso, todas eran parte de un proceso se decidió festejar el bicentenario del proceso. (Entrevista com Gabriel Calderon, Montevideo, 15 de agosto de 2012)

Os dois deixam claro que entraram no processo com a lei já definida, que foram parte apenas do processo criativo envolvendo os festejos, e que tiveram pouco tempo e pouco dinheiro para trabalhar.

Destacam a importância do prócer Artigas nos feitos de 1811, foi seu momento de maior liderança, sempre especulando e deixando claro que estavam apenas seguindo a lei do bicentenário já discutida no plenário.

Empezamos a trabajar porque en febrero, cuatro meses después, teníamos que comunicar lo que iba a ser el bicentenario, porque nadie sabía lo que iba a ser, ni nosotros lo sabíamos. (...) No había presupuesto, entonces teníamos que armar un presupuesto. El presupuesto tenía que contener esas actividades, pero tenía que contener cientos de otras actividades y no es que no las teníamos pensados es que no sabíamos que teníamos que meternos en esto, entendés? (Entrevista com Gabriel Calderon, Montevideo, 15 de agosto de 2012)

Y también se daba un contexto que la gente no sabía que se iba a festejar un bicentenario, por esa cuestión también de la fecha (...) "Bicentenário de que?" te decían. (Entrevista com Bruno Gadea, Montevideo, 15 de agosto de 2012)

Contam como tiveram que fazer mais de noventa reuniões com empresários e outros setores da sociedade para angariar apoio e para que houvesse mais pessoas e organizações com atividades propostas para o bicentenário. Quando fizeram a cerimônia de apresentação dos que seriam os festejos ao público, e principalmente ao governo, em fevereiro de 2011, apresentaram mais de quinhentas atividades, fruto das

parcerias buscadas, frente às duzentas que estavam planejadas originalmente. Para chegar a esse número, contam que a primeira coisa que fizeram ao se envolver com o planejamento dos festejos foi fazer um chamado para que o público apresentasse projetos para atividades no bicentenário. Tinham um orçamento de 1 milhão de dólares e destinaram metade aos projetos. O público podia apresentar projetos inéditos ou adaptar projetos já existentes. Estes eram financiados em 60% e o autor do projeto era responsável por conseguir os fundos para os outros 40%. Daí surgiram 120 projetos, desde programas de televisão à quermesses no interior e recriações históricas. Assim, segundo relatam, conseguiram propagar a idéia da festa e conseguiram que o Bicentenário fosse promovido e apropriado pela população. Calderón conta:

Teníamos el problema al principio que era que en general el país estaba desinteresado, pero particularmente Montevideo tenía reticencias. Siempre Uruguay tiene una reticencia a lo nacional. No hay banderas colgadas en las ventanas, no hay banderas en los taxis, la gente no es.. ai Uruguay Uruguay, entonces el concepto del bicentenario era difícil. Pero tuvimos que pasar por Soriano y armamos la fiesta con un mes de antelación y Soriano se vistió sólo! Toda la gente tenía banderas que decían "aquí nació la patria". Tenían la bandera del Uruguay y la bandera del departamento. Y ahí nos permitió descubrir que todo el país no era Montevideo, y que tuvimos un problema que podía ser una estrategia, podíamos hacer mucho ruido empezando por afuera (...) Mercedes, que es la capital, tiene 40 mil personas y a las fiestas fueron 50 mil personas.



Figura 15. "Aqui nació la Patria" na bandeira de Artigas. Fonte: Livro de los Festejos

La plata no nos daba, fijate cualquier país, Argentina había puesto 50 millones, Paraguay había puesto 20 millones de dólares para los festejos, nosotros teníamos uno. No nos daba la plata para nada. Entonces nuestra estrategia fue gastárnosla toda en Soriano. (...) Al final gastamos 6 millones de dólares

Siempre el centro de todo fue la gente, del dinero incluso, cuando lo dábamos, siempre pensamos que la gente tenía que expresar lo que sentían que era el bicentenario. No estábamos nosotros diciendo lo que el bicentenario significaba. Por ejemplo, la foto de los eventos, si hay banderas es porque la traía la gente. Por ejemplo nuestro spot, nuestra campaña publicitaria era "Doscientos años de gente" era gente que decía que harían ellos se vivieran doscientos años. Y la campaña que hicimos al final, para los eventos era "Nuestra historia está llena de futuro" y eran personas que juntas sumaban doscientos años en total" (...) Y ese siempre fue nuestro concepto, no lo basamos en valores patrióticos, lo basamos en lo que significa para un pueblo vivir doscientos años, y lo que significa eso para el futuro. (Entrevista com Gabriel Calderon, Montevideo, 15 de agosto de 2012)

Além disso a organização desses eventos trouxe uma série de marcos para o país. Apesar de se organizarem recriações do êxodo todos os anos nos departamentos, foi a primeira vez que isso ocorreu em dimensão nacional, o que

acarretou uma série de manobras diplomáticas para lidar com os governos departamentais, que queriam todos que a marcha passasse por seu território. Foi a primeira vez que a companhia estatal de telecomunicações, ANTEL, se articulou para exibir ao vivo os eventos de cada departamento em sua página. Foi a primeira vez que os quatro canais de televisão do país se uniram para exibir ao vivo, juntos, os festejos de outubro na capital. Para esse grande evento, foi também necessária uma organização sem precedentes de policiamento e infra-estrutura por toda a cidade. Os dois, divertidos, contam quantos banheiros químicos foram necessários para atender todo o público que compareceu às ruas. Contam também, orgulhosos, como foram baixos os registros de ocorrência, menores que em uma noite “normal”.

Quando questionado por mim durante a entrevista, sobre algo que havia dito antes, no que se refere a uma certa falta de patriotismo do uruguaio, Calderon, toca num tema interessante, que aparecerá em outras entrevistas, que relaciona o ufanismo e certas comemorações cívicas a uma lembrança negativa dos anos vividos sob a ditadura militar pela qual passou o país.

la manera de ser del Uruguayo, somos chicos, somos más humildes, tenemos vecinos muy grandes que son muy patrióticos en algunos sentidos. En Argentina por ejemplo por dónde vas esta la bandera, acá la dictadura hizo un corte entre lo que es el estado y lo que es la gente. Lo primero que quisimos hacer fue que toda la comunicación oficial, el canal oficial, los servicios de transporte oficiales, todo tuviese el logo del bicentenario. Y eso era algo que había hecho la dictadura que había decretado un año de la orientalidad, entonces, no nosotros pero toda la generación de 40 para arriba, cuando le decías eso decía "Páaa, yo me acuerdo de la dictadura cuando me hicieron escribir todo el año y todo era año de la orientalidad". Y nosotros descubrimos que eso no era Uruguay, era Montevideo. En el interior se pinta la cara con la bandera. (Entrevista com Gabriel Calderon, Montevideo, 15 de agosto de 2012)

Calderon se refere aí ao “Año de la Orientalidad”, que foi decretado em 1975 pelo governo militar, em comemoração aos 150 anos da declaração de independência do Brasil, e implementou uma série de medidas e eventos comemorativos. Além disso, acrescentou uma série de datas a serem observadas no calendário oficial, ligadas principalmente a feitos militares. Foi comissionada também, através de um concurso, a

construção de um mausoléu para os restos de Artigas, que deveria ser construído na Praça Independência, onde se encontra o já mencionado monumento ao prócer. Além disso, como lembra Calderon, se “recomendou” que todos os anunciantes incorporassem o símbolo do ano da orientalidade aos seus anúncios. Essa relação delicada das comemorações e símbolos com memórias dos anos passados sob governo militar serão abordadas pelo senador entrevistado.

Abaixo é possível observar o banner de divulgação da festa de 10 de outubro, o maior evento realizado até então, circulado na internet e impresso, com as atrações programadas. Na foto seguinte, é possível ver o público em um dos palcos montados nessa noite. A estimativa é que no total compareceram 300.000 pessoas, distribuídas pelos quatro palcos montados na cidade.



Figura 16. Banner Bicentenario. Fonte: bicentenario.gub.uy

Figura 17. Público na festa 10 outubro. Fonte: Libro de los Festejos

Gustavo Penades membro do partido Nacional, foi eleito deputado em 1994, cumpriu dois mandatos, até que foi eleito senador em 2000 e hoje exerce o cargo em seu segundo mandato. O senador Penades me recebeu em seu gabinete no Palacio Legislativo, depois que a entrevista foi marcada por e-mail e confirmada por telefone,

por sua secretária. O senador conta que participou do nascimento das discussões sobre o bicentenário, que começaram no ano de 2007, na Comissão de Educação e Cultura, da qual fazia parte. Segundo ele, vários senadores, ele incluso, manifestaram a necessidade de que uma comissão fosse designada para começar a organizar comemorações do bicentenário de feitos históricos que se iniciam em 1810. O senador Penades diz que “sorprendentemente el poder ejecutivo desecha la fecha del 1810, que en realidad es la fecha central donde se inicia el proceso, producto de que nosotros somos hijos de la revolución de mayo de buenos aires y centra en ese proyecto de ley los episodios del 1811” (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012).

O projeto de lei enviado pelo poder executivo é aprovado por unanimidade por todos os partidos políticos, e a Comissão foi constituída, pretendendo ser plural sob todos os pontos de vista, político ou institucional. O senador Penades fala então da dificuldade de escolha de uma data, e da centralização das comemorações em volta da figura do General Artigas.

producto del largo proceso de emancipación del nuestro país como país independiente es muy difícil centrar una fecha como el bicentenario más importante, producto de qué? De que es cierto, el proceso de emancipación se inicia en el 1811 con el General Artigas. También es cierto que en el largo período artiguista que va desde el 1811 hasta 1820, cuando él se auto exilia, o se exilia al Paraguay, hay íconos muy importantes en ese proceso, la batalla de las piedras, por ejemplo es un ícono muy importante, otro ícono importante es el éxodo del pueblo oriental, otro ícono importante son las instrucciones del año 13, otro ícono importante es el reglamento general de la campaña del 1815. Pero además el bicentenario también puede estar asociado con el segundo período dese proceso de emancipación oriental que se dará en 1825 con el desembarque de los 33 orientales en La Agraciada. Y otros interpretaran que el bicentenario se va a dar en el 18 de julio del 1830, o del 2030, cuando se festeje la primera jura de la constitución. Es un proceso histórico tan fundamental y lamentablemente en Uruguay no existen grandes unanimidades, si existe el consenso producto de lo que tradicionalmente ha sido designado como Artigas el jefe de los orientales, es centralizar mucho de esos festejos en la figura del general Artigas. (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)

O senador Penades toca então, em um problema que parece permear o processo que levou a valorização de algumas datas em detrimento de outras. O senador chega a mencionar uma “falta de comprometimento histórico”, e atribui essa falta ao fato de que “certos partidos” não estavam presentes no momento desses acontecimentos.

La comisión que comenzó a funcionar también tuvo que atender - primero era un proceso innovador, en el Uruguay no había existido en el centenario de estos episodios ninguna comisión que organizara fue el poder ejecutivo directamente - y esa comisión tuvo que atender lógicas muy distintas, lógicas que van desde concepciones históricas distintas de sus participantes. El Uruguay hoy está siendo gobernado por un partido de izquierda, el Frente Amplio, que tiene una interpretación históricas, a veces, bastante sesgada o bastante prejuiciosa con relación a los episodios históricos del siglo XIX, producto de que muchos de esos procesos históricos que los encabezaron fueron los fundadores de los partidos tradicionales del Uruguay. El general Oribe y el General Lavalleja, del partido blanco, posteriormente el partido Nacional, y el general Rivera del partido Colorado. (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)

Na figura seguinte é possível observar a capa de um semanário de grande circulação da época de comemoração do Centenário, 1925, onde foram eleitos os "Homens mais célebres do Uruguay", através de plebiscito realizado pelo próprio semanário. Em primeiro lugar aparece o General José Artigas, seguido de perto por Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera. Na lista aparecem também José Batlle e o educador barbudo José Pedro Varela. É interessante perceber que essas continuam sendo figuras chaves para o país. Com quase cem anos de diferença, entre um Centenário e um Bicentenário, são essas as figuras que continuam sendo citadas, que continuam sendo lembradas, e é possível comprovar isso não só na entrevista do senador, mas nas falas de outros entrevistados, como Daniel Coira, e até mesmo no material produzido pelo governo uruguaio. Podemos pensar que essas figuras constituem uma espécie de panteão cívico, são símbolos que marcam uma identidade nacional. Símbolos esses tão necessário, como já observado por Hobsbawm (1991).

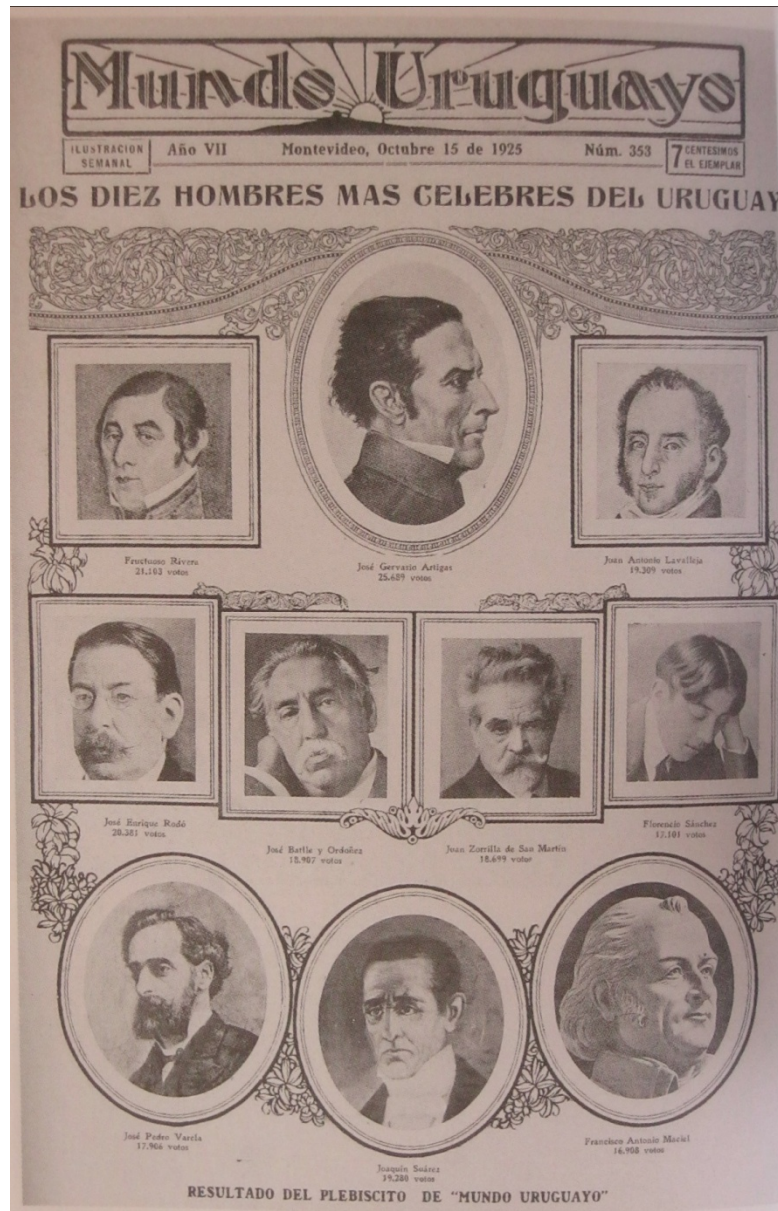


Figura 18. Mundo Uruguayo, 1925. Fonte: Caetano, 2000

Nesse sentido, conta como foi fundamental a sua presença, como senador da oposição, mas que sempre se dava a desculpa da falta de recurso. Segundo o senador, houve uma burocracia muito grande que acabou por prejudicar o processo de tomada de decisões. Além disso, o senador compara a festa realizada pelo Uruguai com aquelas ocorridas nos anos anteriores em países vizinhos, sempre salientando que seu país teria um “sentido patriótico” menor, diminuído. Nisto, o mesmo senador faz eco à preocupação apresentada pelo presidente Tabaré Vázquez no artigo do jornal

El País, presente na introdução do trabalho. O senador comenta, inclusive, que viu na página do youtube, vídeos contendo informações sobre o bicentenário argentino e que debería ter sido feito algo parecido no Uruguai.

Entonces armar un festejo que además tenía varias fechas, y tenía a varias zonas del país involucradas, cada una de ellas que tenía sus gobiernos locales preocupados de que esa fiesta fuera la mejor, donde se centralizaría el episodio del festejo oficial, que se debería realizar en Montevideo obviamente, que fecha se utilizaría para eso, que obras, desde todo punto de vista, artísticas, culturales, arquitectónicas, se iban a llevar adelante con relación al bicentenario, es lo que marcan como se iba a organizar esto. La asignación de recurso no fue una pequeña batalla, la realización de estos festejos salieron alrededor de 11 millones de dólares en su totalidad mas o menos, Paraguay dedico a eso 20 millones de dólares, veamos la diferencia con que se hizo, la austeridad con que se pretendió hacerlo lo nuestro y en ese sentido hubieron una serie de episodios que creo que concitaron además en una organización que mesclo, quizá disminuyendo desde mi punto de vista la valorización de los episodios históricos por el festejo mismo (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)

No sentido das críticas ao atual governo, e de como suas características históricas atrapalharam o andamento das comemorações, o senador fala do papel do Exército, e das comemorações da batalha de Las Piedras.

Cuando se acerco El 18 de mayo donde se conmemoraban dos fechas importantes – el bicentenario de la batalla de las piedras y el bicentenario del nacimiento del ejército, que es una conmemoración que el ejército tiene muy presente, **y ahí también la delicadeza de ver la dificultosa relación que ha habido entre el gobierno de izquierda y las fuerzas armadas.** La organización, hubo como un intento de desplazar a un segundo plano el festejo del ejército y luego por fin pudimos unificar los dos festejos en el Departamento de Canelones, en la ciudad de Las Piedras. También hubo una convocatoria regional importante, ferias, obras artísticas, pero sin la difusión nacional adecuada, o sea sin haber aprovechado eso ni por el sistema educativo nacional, para reforzar en valores episodios que hacen la construcción de una nación, y la construcción de una nación se hace también recordando episodios y quizás en muchos casos también recordando episodios muchas veces sin un verdadero rigor histórico. (grifo meu) (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)



Figura 19. Banda do Exército no Desfile de Las Piedras, 18 de maio de 2011. Fonte: Bicentenario.gub.uy

Segundo o senador Penades, cabe ainda uma crítica à maneira como essas comemorações foram levadas adiante. A participação popular, de acordo com o senador, foi efêmera. Apesar de nos espetáculos haver uma presença massiva da população, se questionadas sobre o motivo de estarem ali, ou o que estava sendo celebrado, as pessoas não saberiam responder. Para o senador o ideal seria se os que lá estavam dissessem também “yo estoy acá además porque me siento orgulloso de ser uruguayo”

Pero, a su vez también, hay también una concepción distinta de lo que eran los festejos. Mientras nosotros le damos una jerarquía de carácter histórico y de un valor nacional, o sea de un concepto de quizás aprovechar ese momento para una revalorización del concepto nación, no con un sentido chauvinista o patriotero, pero si **aprovechar la oportunidad para inculcar quizá valores que hoy están bastante menguados lamentablemente en nuestro país**, - no es así el caso de la República Argentina, ni del Brasil, ni Paraguay, donde existe un fuerte sentido nacional, y así lo demostró, por ejemplo en los festejos del mayo del 2010, la República Argentina. En el Uruguay siempre hay como una especie de desconocimiento de cierto menosprecio vergonzoso, también muchas veces inculcado por un sistema educativo que pretendió bien en todo aquellos fenómenos un cierto aire de desprecio que llega hasta la interpretación de que el Uruguay es un producto no de la lucha de sus habitantes por su independencia si no producto de un acuerdo entre las potencias de aquel entonces, mediadas por Gran

Bretaña , en la figura del Lord Ponsonby, en los acuerdos preliminares de paz del 1928. (grifo meu) (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)

No hubieron detrás de si la oportunidad de volver a valorizar la figura de Artigas o de lo que en realidad se identifica con el nacimiento de nuestra nación como tal, que es cuando a Artigas lo siguen al Ayuí en aquella famosa frase por el escrita de “todo un pueblo me sigue”. Todas esas cosas quedaron subsumidas detrás del espectáculo de Jaime Ros, de los fuegos artificiales, de la Fura del Baus, todos preciosos espectáculos, pero creo que no se tuvo la posibilidad de darle a esto la verdadera transcendencia institucional jerárquica histórica que había de haber tenido. (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)

Quanto às festas realizadas no interior do país, o senador Penades destaca que foram todas muito bem organizadas, mas, segundo ele, novamente não houve uma valorização do que é “verdadeiramente nacional”. Frisa que não houve nem mesmo um spot televisivo, ou pelo radio, nas emissoras nacionais. Para as festas que aconteceram na capital, Montevideú, tem a mesma reclamação, mas sempre afirmando que foram festas muito bonitas, grandes e com excelentes atrações.

Creo se perdió una oportunidad, vuelvo a repetir, para una reafirmación de carácter nacional que no tienen que ver con lo patriotero ni con sentimientos aviesos, pero fije-se usted que el único momento que evidentemente que la nación tenía para expresarse, con un sentido nacional, con la valorización de la bandera, con pararse para cantar el himno es cuando juega la selección uruguaya de futbol. O sea, el haber obtenido el cuarto lugar en el campeonato de Sudáfrica nos permitió volver a ver el Estadio Centenario de pie cantando el himno nacional, o sacándose el sombrero, porque son tonterías que no son tan tonterías. Creo que se perdió la oportunidad de haber hecho eso.

Hay una construcción cultural que se debería de haberse aprovechado para tentar redireccionar en un concepto moderno de nacionalismo este bicentenario. (Entrevista com Gustavo Penades, Montevideo, 22 de agosto de 2012)

Nessa fala do senador Penades vemos a importância do futebol, novamente, como reforço de um sentimento de unidade nacional, e mais que isso, de orgulho da pátria. É possível resgatar o que falava Hobsbawm sobre a importância desse esporte em particular, e das competições internacionais de maneira geral. Segundo Hobsbawm

(1991), o esporte, e o futebol especificamente, permitiu que se criasse uma identidade entre as emergentes classes média, para substituir outras que entravam em decadência. É possível resgatar também as comparações de Daniel Vidart, sobre a garra charrua, ambos abordados nos capítulos anteriores. Vidart (2012) comenta que a tal garra charrúa é a única herança que deixaram esses antepassados, e que é mais uma herança mítica que real. Ainda assim o autor comenta como esse discurso é comumente resgatado quando se fala de futebol.

O senador Penades questiona ainda o que esse bicentenário vai deixar para o futuro. Exemplifica, contando que antes, no Centenário de 25 se inaugurou o Palácio Legislativo, e no de 30 o Estádio Centenário. Conta que o ex-presidente Alberto Lacalle sugeriu erguer um monumento no *cerro*, uma colina nos arredores da capital onde existe um forte do século XVIII, mas que até a ocasião nada tinha sido feito.

O senador encerra a entrevista com reclamações de que as reuniões da Comissão não estão acontecendo com a frequência que deveriam, e se mostra preocupado com as comemorações de 2013, as instruções do ano XVIII, que em sua opinião são tão importantes quanto as de 2011, e que até o momento não havia nada planejado (vale lembrar que a entrevista foi conduzida em agosto de 2012). Vale ressaltar também que o senador é membro de um partido de oposição ao atual governo, um dos chamados "partidos tradicionais", então sua visão é marcada por pontos de vista e contextos políticos específicos.

Outro entrevistado, funcionário público do governo atual, Alejandro Gimenez, é professor de história de formação e assessor cultural no Ministério do Turismo. Gimenez também fala sobre a diversidade de datas a serem consideradas para comemoração.

El Uruguay es un país que no tiene mucha definición con respeto a su independencia, unos dicen que es en el 11, otros en el 13, con las instrucciones del año 13 - no sé si estas al tanto con la historia uruguaya, yo soy profesor de historia - algunos dicen el 25, que es cuando se declara la independencia, incluso el 28 que es cuando la Comisión Preliminar de Paz que firma, el imperio de Brasil y la Confederación Argentina, bueno,

Las Provincias Unidas, establecen un poco de que van a auspiciar la creación de un nuevo país, que era la Banda Oriental y después la Provincia Oriental fuera una nación y no va a ser parte de ninguno de los dos, en el 30 la constitución que establece un poco la carta fundacional del Uruguay. Y bueno, en el 11 se decidió hacer la conmemoración que en cuando empieza el ciclo artiguista. En el Uruguay se divide el proceso de independencia en dos: lo que se llama la Patria Vieja, o el ciclo artiguista, que es del 11 al 20. En el 20 Artigas se va a Paraguay. Y finalmente del 20 al 30 Uruguay tiene otra década de lucha por la independencia donde finalmente se decide esta pugna. (Entrevista com Alejandro Gimenez, Montevideo, 20 de agosto de 2012)

Gimenez fala também da comemoração dos centenários dos países vizinhos, como motivo importante para que se fosse decidido comemorar também no Uruguai. Esse fato também foi abordado pelo senador Penades.

Hay un detalle, que no es menor, que es que en el 2010 nuestros vecinos, nuestros hermanos argentinos tuvieron su fiesta de la Junta de Mayo, del bicentenario, y el Uruguay, para no quedar despegado, para no alejarnos de otros países que tuvieron su bicentenario, Chile creo que tuvo, México, Paraguay, no sé si Venezuela, pero en definitiva para no alejarnos y quedar como los últimos, bueno, en gran parte fuimos los último, pero para no quedar despegados, sobretudo con relación a Argentina, es que decidimos hacer generar unos festejos, y como siempre pasa en Uruguay lo hicimos tardíamente. Fíjate que la ley fue publicada en setiembre del 10. Yo me acuerdo haber estado en el Chile en el 2006 y la comisión ya estaba trabajando para el 2010, nosotros seis meses antes empezamos a trabajar. Fue todo muy caótico, la gestión del bicentenario como celebración. (Entrevista com Alejandro Gimenez, Montevideo, 20 de agosto de 2012)

Assim, segundo Gimenez, a gestão das comemorações do bicentenário foram marcadas pelo caos. Fala de varias idéias boas que surgiram mas que não foram divulgadas ou difundidas como se deveria, idéias mal aproveitadas devido à esse caos. Não houve uma institucionalidade muito clara, segundo ele, houve muito improvisado. O que de certa forma faz eco com as falas de Calderon e Gadea, que foram organizando as festas a medida em que ia surgindo dinheiro, que iam adaptando e ampliando o orçamento. Além disso, a fala de Gimenez se assemelha a do senador Penades, quando comenta sobre uma falta de rigor histórico nas comemorações.

Yo tampoco soy de los que creen que las celebraciones patrióticas tienen que ser estrictamente patrióticas, porque ahí nos alejamos de la masa. Pero creo que sí tiene que tener algún contenido, no puede vaciarse de contenido. (Entrevista com Alejandro Gimenez, Montevideo, 20 de agosto de 2012)

É possível identificar então vários pontos similares nas falas dos entrevistados, ainda que ocupem posições bastante distintas. O senador da oposição, o funcionário público do governo atual, e os organizadores da festa todos partilham da idéia que a festa foi conduzida às pressas, com pouco planejamento a longo prazo. E os dois primeiros ainda concordam com o que chamam de "esvaziamento de conteúdo". Concordam que foi uma festa bonita, que foi bem sucedida, não poupam elogios à organização. Mas ainda assim apresentam a mesma crítica. Veremos a seguir a visão de alguns historiadores sobre os mesmo temas.

3.4 – O papel da história e dos historiadores

Hay mucho de mitología y algo, poco, de historiografía

Guillermo Vázquez Franco

O relato de Daniel Coira, por sua vez, é extremamente elucidativo, principalmente para pensar em questões históricas, como o papel e a importância dos partidos políticos uruguaios na formação de uma identidade nacional e, em menor escala, no desenrolar das discussões de bastidores da festa do bicentenário. Vale ressaltar que o contato com Daniel Coira, que se mostrou sobremaneira útil e marcante, se deu de maneira quase casual. Entrei em contato com todos os órgãos listados como membros da Comissão via e-mail, e fiz o mesmo com o Ministério da Defesa. O responsável por responder os e-mails gerais, sabendo que Coira é historiador, e que anteriormente ocupou um cargo na Comissão de Patrimônio, achou que seria interessante que eu conversasse com ele, e repassou meu e-mail. Mas Coira não teve nenhum envolvimento com a organização do Bicentenário, ou com o papel desempenhado pelo Ministério nessa festa. Ele diz:

Esa idea de construcción nacional fortalece la idea del héroe en José Artigas, del cual se conocía muy poco porque los estudios científicos más propiamente dichos empiezan 20 años después, hacia 1950 pero hasta el 1930 lo que hay es una necesidad de construcción moral nacionalitária, es decir, que supone ser ciudadano de la república Oriental del Uruguay, cuales son los valores liberales, que refieren al orden institucional y los valores republicanos.

Y los héroes nadie los va discutir. Salvo los héroes de segundo orden como los llamados lugar tenientes de Artigas que, como participaron en la construcción del estado posterior a la independencia, con claras definiciones de bandos o de banderas, son los fundadores de los partidos nacionales. Entonces ahí cada vez que hubo sustitución del partido en el gobierno del estado se alzaba una figura diferente, por ejemplo en el caso de desarrollo del partido colorado en el siglo XX usted va a ver que el gobernante Colorado, junto a la figura del héroe nacional van a priorizar a la figura del general Fructuoso Ribera , fundador del partido Colorado, mientras que en aquellos escasos momentos en que gobernaban o que tuvieron un papel principal en el gobierno el partido nacional, blanco, se prioriza la figura de Lavalleja y Oribe. (...) Las divisas políticas, que se transforman en los partidos políticos son el canal sobre el cual se asentó la nacionalidad. La nacionalidad uruguaya supone una permanente reflexión sobre los partidos tradicionales. (Entrevista con Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

Sobre a decisão final das comemorações, Coira fala do papel do presidente e do parlamento, e traz uma nova luz para o processo decisório.

Quien decide el esquema de conmemoración del bicentenario? Lógicamente en otros estados la figura presidencial tiene un papel muy relevante, el problema es que en el Uruguay, hay un sistema de debate diálogo permanente para mantener la gobernabilidad, aun cuando el partido de gobierno tenga mayoría parlamentaria Por cuestión de estilo histórico los temas de este estilo se tratan de debatir en el parlamento. (Entrevista con Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

Coira fala ainda da já citada doutora Ana Frega, que segundo ele participou informando os debates, como membro da comissão de patrimônio histórico indicada por uma autoridade autônoma da universidade.

Para los historiadores contemporáneos al proceso Del 1900 al 1950 hay una fuerte misión de una historia nacional, pero para los historiadores actuales, como mi colega Ana Frega, usted va a encontrar que hay una necesidad de pensar la historia de los

procesos nacionales en el marco de una revolución de independencia que es continental. Por lo tanto los historiadores desde unos diez años más o menos vienen trabajando juntos sobre los procesos de independencia y sus intervinculaciones, porque cuando se inician los procesos de independencia las colonias españolas estaban divididas en cuatro virreinos. (Entrevista con Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

Para reforçar o ponto levantado por Coira, é interessante relatar um trecho da introdução do já citado livro organizado por Ana Frega. Nele, a historiadora diz que nos últimos tempos foi produzida uma renovação historiográfica nos estudos sobre a revolução, as guerras de independência e a formação dos novos estados nas antigas colônias ibéricas. Contudo, a historiadora faz uma ressalva, e diz que o ritmo dessas pesquisas em cada estado e, sobretudo, a incorporação de seus resultados a outras esferas, como o ensino, a comunicação massiva ou a agenda pública de comemorações, estão longe de ser satisfatórios. (2009, p.13)

Entonces la dinámica es que hoy los historiadores digan “bicentenario de qué?” Entonces para empezar el debate es que el sistema político uruguayo optó por la vieja visión positivista liberal nacionalista y consideraron que el bicentenario debería de ser el del 1811. Cuando los académicos del Uruguay, como la Dra Frega (...) señalan que, en todo caso, si hay que conmemorar el bicentenario del inicio de las luchas por la revolución, habría que ver en que ámbito. Si es en Sudamérica y si es en el río de la plata tendría que ser mayo del 1810, que es cuando, la cabeza del virreinato español, cuando estalla la revolución de independencia en Buenos Aires. El problema es que los uruguayos, los bolivianos, los peruanos, los chilenos y los paraguayos eso no lo van a aceptar, porque consideran que su fecha de independencia es una fecha nacional. Mis colegas atacan el tema diciendo “que nación?” si todos se identificaban como americanos del sur. La construcción nacional es posterior, no existían uruguayos en 1830. Lo que se intentó construir fueron ciudadanos de la República Oriental del Uruguay, pero en la visión de estos colegas, que han avanzado más en los estudios de independencia, lo que se dan cuenta es que en todo caso eran sujetos montevideanos o bonaerenses. Pero el problema es que Montevideo va a dividir dos estados y los entrerrianos se llamaban a si mismo uruguayos, porque estaban en el Río Uruguay. Orientales si tenía un sentido político porque eran los que pertenecían al bando que lideró José Artigas. O sea oriental adquirió en el proceso de la revolución un sentido político-ideológico. Son los que sostienen el federalismo, la república. Bueno, pero

también fueron en gran medida los que condujeron la revolución agraria que repartió tierras, entonces está todo muy complejo. Si es el bicentenario de la instalación de un estado nosotros tendríamos que esperar hasta el 1830, hasta el 2030. **El debate que en el parlamento se dio es claramente una derrota de los técnicos y de los historiadores,** porque optaron por el 2011, cuando en realidad lo que se inicia es el levantamiento de una parte del Virreinato de La Plata en el 2011. Nadie imagino, ni Artigas ni nadie, que eso se iba a convertir en un estado. (grifo meu) (Entrevista com Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

O professor Coira, então, além de afirmar com todas as letras que o que a história, ou os historiadores, consideram passível de ser comemorado não o foi, ainda coloca em cheque a figura central de Artigas, que concentra, de uma maneira ou de outra, todo o foco das comemorações.

Recuerda además que Artigas, siendo militarmente derrotado, se exilia con unos pocos centenares de hombres en el Paraguay y cuando su hijo José María va a buscarlo, a pedido de Rivera, que fue el primer presidente constitucional, y que además fue un lugar teniente de Artigas, y lo invita a volver. Artigas dice que no, por lo que los historiadores suponen que ese no era su proyecto. Artigas sigue pensando en un federalismo y era un hombre muy viejo. Entonces, **bicentenario de que?** (grifo meu)

Los bicentenarios son siempre político-morales. Por lo tanto hubo, de alguna manera, un triunfo de un dialogo entre los partidos políticos que acuerdan la carapela y como se va a presentar, y hasta los colores de la carapela son muy curiosos, porque es una combinación del blanco y celeste del pabellón estatal y me cuidó de decir nacional, porque como pabellón nacional se empieza a ver después, era de un estado, un estado provisorio además. Porque en esa época, según la Convención Preliminar de Paz, que según usted sabe es la previa a la constitución digamos, porque la Convención Preliminar de Paz es eso, una convención diplomática entre el Imperio de Brasil y el gobierno de las Provincias Unidas del Rio de La Plata a los efectos a terminar con un estado de guerra donde ninguno de los dos podía avanzar. Donde además habían fuertes intereses extranjeros para que el rio de plata fuera una área de libre navegación. Así que propiciara esa convención la corona británica directamente con Lord Ponsonby que era el delegado pleno y potencial del Imperio Británico. Es decir, fue una convención diplomática entre dos estados que estaban en guerra, donde tenían facciones a su favor en el territorio que luego va ser la Republica Oriental del Uruguay, discutiendo que iba a pasar con eso y además con los auspicios vigilantes y ansiosos de la corona británica

que no le importaba mucho las desavenencias internas si no lo que necesitaba era un acceso, en su proceso industrial, a la fibra más importante que era el cuero.

Entonces todo eso se vuelve a dialogar en el sistema político uruguayo. Entonces lo cierto es que el sistema político uruguayo prefirió no debatir asuntos académicos y priorizo las conveniencias político internas e político externas. Y entonces, como la mayor parte de la población se define como liberal y nacional o nacionalista, o con un fuerte espíritu patriótico nacional - que habría que ver qué es eso, por lo menos en Uruguay es una mezcla extraña - decidieron que la fecha nacional no debería ser el 2010 si no que debería ser el 2011, coincidiendo con el inicio del levantamiento armado de 1811, en la costa litoral del Uruguay con el episodio que se denomina el grito de Asencio (...).(Entrevista con Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

Segundo Coira, pode parecer surpresa que o Uruguai, país com tradição intelectual, que teve até um presidente cientista, como comenta divertido o professor, “um oncologista”, não utilizar a data certa, mas disse que não houve interesse. Faz uma voz divertida e diz que escolheram dentre as datas comemorativas uma que se encaixava melhor, aleatoriamente.

Y los informes de los técnicos y académicos van a ser muy agradecidos y hermosamente archivados. Constituyendo obra magnífica de síntesis del saber historiográfico actual, pero también un testimonio de la derrota de los criterios académicos frente a las conveniencias político-estatales que esta claro que son prioritarias, porque la decisión la tomo el parlamento, ni siquiera el presidente, el presidente sugirió, el parlamento acepto corrigiendo alguna cosa, y la comisión de patrimonio, en el informe específico fue orientada a revisar algunas ideas para acompañar el proyecto político liberal positivista nacionalitáριο no científico. Es my visión de buen humor, porque eso hay que tomar se con buen humor.

Uno podía suponer que en ninguna parte del planeta son los historiadores los que deciden sobre las conmemoraciones, porque las conmemoraciones pueden tener un componente historiográfico y científico, pero es muy menor, en realidad lo que hay es un interés de integración social, hay intereses superior político de relacionamiento de estado entre si. Como toda región esta conmemorando el bicentenario del inicio ningún estado quería quedar en margen, pero lo que es cierto es que los uruguayos, si usted hacia una encuesta es evidente que no irían aceptar que la conmemoración de su bicentenario coincidiera con la argentina porque nuestra nación en la época de la

modernización se define por oposición a otras, entonces como vamos a tener el mismo año del bicentenario que los argentinos. (Entrevista com Daniel Coira, Montevideo, 27 de agosto de 2012)

Na opinião de Daniel Coira, baseando-se em critérios históricos, o que deveria ser comemorado é o bicentenário da revolução haitiana, só que essa foi uma revolução negra, liderada por escravos, e isso nunca iria funcionar, porque as revoluções são brancas liberais e anti-jacobinas. Segundo o bem-humorado professor, foi essa revolução que deu inicio a todo o processo revolucionário sul americano.

Guillermo Vázquez Franco, uruguaio, historiador e escritor premiado, também tem algumas contribuições interessantes a fazer no tocante à disputa sobre as datas históricas a serem comemoradas. Em uma entrevista concedida ao jornal El País, em 18 de novembro de 2011, o historiador dá a sua interpretação dos fatos que originaram toda a polêmica. Segundo ele, o Centenário já esteve cercado de controvérsias, e teve que lidar com um problema que não aparece agora, em 2011. O problema era que a primeira celebração estava pautado em uma disputa político-partidária, problema do qual a segunda, por estar pautada na figura de Artigas, escapa, na sua opinião. Sobre a motivação para a escolha da data, Vázquez diz:

Entonces se nos viene el recuerdo del año 1811, porque le asaltó al gobierno la preocupación de tener un Bicentenario porque en Argentina lo hubo. Y como en Argentina hubo Bicentenario, nosotros, que somos "distintos" porque somos otra cosa, tenemos que tener el bicentenario propio. De ahí viene buscar cuándo. En Argentina está clarísimo que es el 25 de mayo de 1810 el punto de partida. Está cantado. Está cantado para nosotros también. Los orientales somos al 25 de mayo lo que cualquier otro argentino es a esa fecha. Pero interfiere o intercede la Convención Preliminar de Paz, que es el gran factor que distorsiona. Este gran factor distorsionante también estuvo presente en 1910, en 1911, en 1925 y en 1930. Estuvo presente pero nadie habla de ella, es la gran silente. Pero me animo a decir que por el Bicentenario de 2030 se va a pasar de largo(...) Porque es un Bicentenario vergonzante y además porque está sucumbido. No creo que nadie reflote, por lo menos oficialmente, el Bicentenario de la Convención. Dentro de cinco años vamos a tener que festejar la Declaratoria de la Independencia, que fue el 9 de julio de 1916 en Tucumán. Ahí los argentinos nos declaramos independientes de España. Hasta ese momento no lo habíamos sido. Más

aún, Artigas durante el primer período de lucha actúa como un funcionario español. La batalla de Las Piedras la libra como capitán del ejército español contra otro ejército español. Es una especie de guerra interna o guerra civil. Pero funciona como militar español. Más, cuando Artigas manda levantar el padrón del Éxodo y manda a empadronar a quienes van en la caravana, la primera foja del padrón está encabezada por un papel membretado que dice "Carolus IV: Rexis Spanorium Dei Gratia". O sea, Carlos IV: Rey de España por la Gracia de Dios. Ese es el membrete que luce la primera foja del padrón del Éxodo, porque todavía es un funcionario español. (El País, Montevideo, 18 de noviembre de 2011)

Assim, o historiador declara que esse é um bicentenário "rengo y tuerto", manco e torto. Segundo ele, diferentemente do que ocorre hoje, as comemorações de 1925 e 1930 eram autênticas. Eram datas cruciais. Agora, diz Vázquez, estão em busca de algo que se preste a ser comemorado e possa ser, ou parecer, crucial. Não sabem se escolher o Grito de Asencio, que se existiu não teve muita importância na época, se o congresso de abril. Então se agarram ao Éxodo, conta. Em parte porque, para comemorar o bicentenário em abril, não havia tempo. Para outubro sim, podiam armar toda a parafernália, diz Guillermo. E sobre o tão aclamado êxodo, declara:

En el Éxodo no hay nada de nación. Es un movimiento tumultuario absurdo. Se despobló la Banda Oriental. Fíjese que en el Éxodo se va la mitad de la población de la Banda. Yo no estuve ahí pero tuvo que haber creado un problema demográfico muy grave. Que la mitad de la población abandone un territorio es algo de mucha entidad. Fue un problema para Entre Ríos, que de golpe y porrazo recibe 15.000 tipos ahí adentro, que tiene que alimentar, que tiene que darles agua, que tiene que tener pastos para los caballos, que tiene que tener leña para la población. Y se le forma un conglomerado de población absolutamente improductivo. Además, el Éxodo depredó la Provincia. Descompuso el tejido social. Esa Provincia Oriental tenía una forma de economía. Había una cierta producción en condiciones especialísimas pero producción al fin. Y se disloca totalmente la Provincia Oriental, que es lo que Artigas reconoce en el Discurso cuando dice "si queréis volver a ver crecer las aguas del Uruguay con el llanto de vuestras esposas (...) el destrozo y exterminio de vuestras haciendas". Esto se lo dice a sus escuchas, que eran grandes estancieros. Ahí no hay gauchos, porque a los gauchos no les destrozaron ninguna hacienda porque no tenían. El gaucho contaba con la hamaca que tenía más a tiro de lazo y marchaba para adelante. Entonces se destrozaron las haciendas. Las haciendas del padre de Artigas quedaron destrozadas, entre otras muchas. Entonces los

hacendados ven dislocada su estructura económica. Es decir, el Éxodo fue un disparate. Una exorbitancia. Además no tuvo ningún sentido, porque con el Éxodo no pasó nada. Se va a superar la diferencia que se tenía con los españoles pero no por el Éxodo sino porque interviene Stranford, el ministro inglés, que va a ser el que va a resolver la cosa. Con Éxodo o sin Éxodo las cosas hubieran pasado igual... Y encontrar en el Éxodo los orígenes de la nacionalidad oriental...Es hacer retórica. Y como es retórica, todo vale. Depende del vuelo de la imaginación de cada ensayista. (El País, Montevideo, 18 de noviembre de 2011)

Ainda sobre o nome que se dá a essa marcha, e a importância que lhe atribuem alguns historiadores, que chegam até mesmo a atribuir ao evento a origem na nacionalidade oriental, Vázquez faz uma declaração bastante ousada:

Narancio, Pivel Devoto, Alfredo Castellanos, Ariosto Fernández... Y Clemente Fregeiro, que es el que inventa lo de El Éxodo. ¡Claro que sí! Porque el que le pone nombre propio es Fregeiro en 1885, cuando los Anales del Ateneo le publican "Artigas. -Estudio histórico- El Éxodo del Pueblo Oriental". Prendió inmediatamente lo de Éxodo.

"Em referencia à Moises?", pergunta o jornalista que conduz a entrevista

-¿Pero que le parece?! Naturalmente, Moisés es Artigas. Y somos otro pueblo elegido. Y todos estos lo hacen para auto-conformarse, porque la Convención Preliminar de Paz le crea a los uruguayos la necesidad de tener algo, algún pincel de donde agarrarse. Entonces buscan desesperadamente e inventan por ejemplo la lucha de puertos, otro cuento chino. (El País, Montevideo, 18 de noviembre de 2011)

Na figura abaixo é possível ver um apanhado de imagens da recriação do Éxodo. O evento foi um dos destaques das celebrações do Bicentenário, como já mencionado anteriormente, e apesar de apresentar controvérsias no discurso de Guillermo Vázquez Franco, e alguns outros historiadores, não foi possível encontrar um eco dessa preocupação em outros discursos. Foi nessa comemoração que o Uruguai rural e a figura do gaucho ganharam importância. Vale ressaltar também que recriações como essa vinham ocorrendo a alguns anos em menor escala, dentro de alguns departamentos específicos.



Figura 20. Imagens da recriação da Marcha de los Orientales. Fonte: Libro de los Festejos

Vale mencionar, fazendo eco às previsões de Vázquez, as experiências que eu tive nos últimos anos com as comemorações do 25 de agosto. Há anos a Embaixada do Uruguai em Brasília promove festas para a colônia de uruguaios residentes na capital e para outros diplomatas. Normalmente, os membros da colônia que estão registrados na Embaixada recebem um convite para a recepção, organizada na sede da representação oficial, onde escutam a execução do hino, um discurso do embaixador, e música uruguaia. Além disso, comem queijos e vinhos do país e encontram antigos conhecidos. Eu venho freqüentando essas festas há anos, e elas são sempre parecidas. Em 2011, além da tradicional recepção no dia 25 de agosto, houve um pequeno coquetel na manhã do dia 18 de maio, para celebrar o bicentenário da batalha de Las Piedras. Sempre acompanhado dos convites, é enviado à coletividade uma mensagem assinada pelo presidente ou pelo ministro de relações exteriores para celebrar a data. Em 2011 recebi a mensagem do dia 25 de agosto e a do dia 18 de maio. Em 2012, quando marquei a data do campo a ser realizado em Montevideu, escolhi passar o dia 25 de agosto no país, ansiosa para ver como seriam as comemorações da “data nacional” na capital. E por mais que me esforçasse para encontrar alguma atração patriótica, alguma celebração, não pude descobrir nenhum

evento. Nem nos jornais, nem nos canais de televisão, nem na internet, não havia nada anunciado. Recebi por e-mail a mensagem destinada aos compatriotas no exterior e o convite para a recepção em Brasília. Esse ano ainda não houve nenhuma indicação de que a recepção ocorrerá. Nas mensagens enviadas, que podem ser vistas no anexo, o general Artigas é sempre mencionado. Na de 2010, assinada pelo Ministro de Relações Exteriores Luis Almagro, Artigas é referido como "máximo héroe nacional", e sua bandeira tricolor é mencionada. Na carta de 2011, assinada pelo mesmo ministro, há uma menção superficial ao Bicentenário, e na de 2012 não há qualquer menção aos heróis nacionais, nem ao bicentenário, o Ministro Luis Almagro se restringe a elencar ações tomadas para o governo para a comunidade de uruguaios que reside fora do país. Essa comunidade é sempre saudada nas mensagens, e seus laços com o país de origem exaltados e valorizados.

4 – Considerações finais

No momento de finalizar um trabalho é comum ao pesquisador das ciências sociais alguma dificuldade. Nunca acreditamos que o trabalho está encerrado, ou que não há nada mais a ser dito. Especialmente se pensamos que a pesquisa foi realizada no breve período de um mestrado, que tem que lidar com todos os problemas do campo, da própria confecção da dissertação, além de outros percalços e obrigadoriedades próprias do curso. Entretanto, o exercício de elaborar uma conclusão é mais do que necessário para o fechamento do trabalho. Para isso, faz-se necessária uma breve síntese do que já foi abordado anteriormente.

Quando nos focamos na construção de nações, e no reforço para uma fixação do sentimento de pertencer a elas, vemos que esse processo é muito mais complexo e menos “natural” do que somos levados a acreditar. Os Estados, as escolas, as grandes festas nacionais e a própria história a que temos acesso nos levam a crer que essa é uma certeza, um definidor de identidades, e não há motivo para levantar nenhum questionamento frente a isso. Mas não é isso que vemos quando, utilizando autores como Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Shlomo Sand, analisamos o processo histórico de formação das nações.

Assim, a problemática que orienta o trabalho permite perceber o quão delicada e, ainda assim, profundamente assimilada é essa identidade. Com a visão geral de processos de formação de estados apresentada no primeiro capítulo, é possível entender que essa não é uma característica apresentada apenas pelo Uruguai. O próprio Hobsbawm afirma que as identificações se davam de outra maneira até muito recentemente.

Vimos que os entrevistados tem visões diversas, influenciadas sobremaneira pelo partido político que representam. Alguns chegam a dizer que a festa foi esvaziada de conteúdo histórico. O que gera uma outra discussão entre historiadores, entre

aqueles entrevistados por mim e àqueles entrevistados por outros meios, aos quais tive acesso. A posição entre esses historiadores é de que as datas foram escolhidas a pesar do seu significado histórico. Foram escolhidas mais por conveniência, menos por algum sentido mais profundo, mais nobre. Podemos pensar que esse bicentenário, então, está inserido profundamente dentro de um contexto político específico, ocorreu em um período que o governo do país está ocupado por um partido novo, de esquerda, que não esteve presente nos atos comemorados, como estiveram os outros dois partidos “tradicionais”, que fazem questão de ressaltar. Seus fundadores estiveram presentes. Além de estar inserido politicamente, o bicentenário também aparece ligado à seus vizinhos e ao momento histórico que eles, por sua vez, decidiram comemorar. Fato mencionado por mais de um entrevistado, como o Uruguai deixaria de comemorar um bicentenário quando todos os seus vizinhos, principalmente a Argentina, estavam organizando grandes festas? É impossível então olhar para essa comemoração sem se ater ao que a cerca, tanto geográfica quanto politicamente.

O que diferencia então, a mencionada comemoração do bicentenário da anterior, ocorrida em 1930, do Centenário da jura da constituição? Ambas foram cercadas de controvérsias e discussões polêmicas, sobretudo àquelas levadas adiante pelos partidos políticos, que no século anterior eram apenas os dois tradicionais, e hoje tem um terceiro adicionado à mistura. Ambas serviram para reforçar valores aparentemente resgatados do passado, mas com uma carga grande de invenção. Ambas fizeram uso da imprensa e do sistema educacional para passar adiante esses valores. Ambas utilizaram a figura do grande herói pátrio, o general José Artigas, para ilustrar o que deveria ser exaltado, ainda que fossem valores e feitos históricos distintos. Mas a festa do bicentenário está profundamente ligada a seus vizinhos. Enquanto que no período 1925 – 1930 o Uruguai tinha ambições de ser o mais europeu possível, distante dos outros países do continente, as diferenças eram marcadas nos discursos e nas publicações, nas festas observadas o discurso foi outro. O Uruguai aparece profundamente inserido em um contexto sul-americano. São seus vizinhos que influenciam na escolha do que será comemorado. A história comum é destacada.

Fica clara então a importância das tradições inventadas de Hobsbawm, aquelas práticas “de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (2012, p.08). Toda a teoria lida em Hobsbawm, desde as “tradições inventadas” à importância da “religião cívica”, ou em Anderson, com suas “comunidades imaginadas” e sentimento de “nation-ness”, que foram produzidas sobretudo com o processo europeu em mente, tomam forma e corpo ao analisarmos a história desse pequeno país latino-americano. É possível constatar empiricamente a validade do que propõe esses autores, e ilustrar sua teoria, de forma que está se torna até mesmo mais familiar e próxima, mais compreensível.

O objetivo desta dissertação foi, então, entender como se deu o processo de formação dessa identidade uruguaia, discutir os processos de negociação dessa identidade, e como acontece o constante reforço e construção dessa identidade. Ao analisar o processo histórico que leva ao ponto em que está hoje o país, com a ajuda de autores consagrados, que percebem a nação como uma construção social, alcançamos uma compreensão maior do processo pelo qual passou e passa esse pequeno país. Além disso, ao tomarmos como exemplo empírico as festas de comemoração do bicentenário do processo de emancipação que ocorreram em 2011, foi possível observar que esse processo de construção de uma identidade nacional é um processo dinâmico, contínuo, não estanque. Continuou ocorrendo em 2011 e continua ocorrendo hoje.

Portanto a presente dissertação proporciona uma contribuição relevante àqueles que têm como objetivo compreender melhor os processos que estão envolvidos na formação de uma identidade nacional em geral, e o caso uruguaio de maneira mais específica. Assim, além de retomar empiricamente um já conhecido debate teórico, proporciona também um caso latino-americano para estudo, já que os consagrados autores citados, pelo menos, ficam restritos, em sua maioria, aos casos europeus. É possível vislumbrar também a influência que festas oficiais e comemorações de datas cívicas exercem em todo esse processo, seja pelo simples reforço de identidades e conceitos, seja por levantar novas questões para debate, e no caso estudado não só

por acadêmicos, mas por componentes do governo e pela imprensa, que por sua vez também exerce influência sobre a população.

Vale lembrar aqui que a *Ley del Bicentenario* determinava que o período a ser comemorado era de 2011 a 2015. Seria interessante então observar, ao final do período, a influência que as comemorações levadas ao longo desses anos tiveram nesse processo constante de construção que envolve uma identidade nacional. Além disso, observar como, ou se, ocorreu alguma mudança na percepção da população uruguaia nesse período, a respeito de suas “datas nacionais”, seria extremamente frutífero. E, para além das fronteiras *del paisito*, observar como se deu esse processo de comemorações nos países vizinhos, a título de comparação, também seria um exercício bastante elucidativo, para se alcançar uma melhor compreensão dos processos que unem e/ou separam as identidades desses países tão próximos, como menciona Hall (2006), quando problematiza o fato dos países caribenhos terem que lidar com identidades diferentes, quando compartilham entre si tantos fatores, tanto geográficos quanto históricos.

Afinal, há algo no processo vivido por esse pequeno país latino-americano que o diferencia dos demais. Como sintoma, podemos pensar no grande fluxo de emigração pelo qual o país vem passando nas últimas décadas. Calcula-se que cerca de 550.000 uruguaios vivam fora do país atualmente, mas é provável que esse número seja ainda maior. A população do país hoje é de cerca de 3,5 milhões de habitantes. Nina Glick Schiler (1994) chega a propor pensarmos em uma nova forma de Estado-Nação, para analisarmos alguns casos como esse, onde a migração acaba tomando uma importância considerável. Nesse novo estado, do qual fala Schiler, seus cidadãos não são somente aqueles que permanecem dentro de seus limites físicos, mas também aqueles que se mantêm parte, seja cultural, social, política ou economicamente, do estado nação de seus ancestrais. Assim, por exemplo, o Uruguai cria o vigésimo departamento administrativo, o Departamento 20, (seria equivalente ao Brasil criar um vigésimo oitavo estado, sem território físico, que abrigasse os brasileiros emigrados), para incluir aqueles cidadãos que estão fora das fronteiras também na organização política do país. Mas ao mesmo tempo que esse grande número de uruguaios fora dos

limites do país pode nos dizer alguma coisa sobre a identidade nacional do povo, o esforço em se manter ligado de alguma maneira à pátria mãe - ainda que esse esforço seja sobremaneira estimulado pelo Estado – também é significativo. Nos resta pensar se esses dois processos simbolizam algo contraditório ou complementar.

5 – REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 - Fontes pesquisadas

BARDESIO, Miguel. Feriados Despatarrados. **EL PAÍS**, Montevideo: 01 de outubro de 2006. Disponível em <http://historico.elpais.com.uy/suple/ds/06/10/01/sds_239883.asp> Acesso em: 20 ago. 2013

FRANCO, Guillermo Vázquez. Um Bicentenario rengo y tuerto. [Depoimento a Fernando Errandonea]. **El País**, Montevideo, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://historico.elpais.com.uy/suple/cultural/11/11/18/cultural_606375.asp>. Acesso em 20 ago. 2013

LOS CAMINOS de la redota. Produção Elena Quirici e Hernán Rodríguez. Montevideo: Aceituna films, 2011. 1 DVD

MINISTERIO DE TRANSPORTE Y OBRAS PUBLICAS. **História Medida de un Rico Patrimonio**. Montevideo: sem ano.

VELAZCO, Diego (org). **Libro de los Festejos**. Montevideo, sem ano. Disponível em: <http://issuu.com/bicentenariouruguay/docs/bicentenario_-_libro_de_los_festejos>. Acesso em 20 ago. 2013

5.2 - Bibliografia

ABADIE, W., BRUSCHERA, O. e MELOGNO, T. **Artigas**: Su significación en la revolución y en el proceso institucional Iberoamericano. Montevideo: Biblioteca de Cultura Uruguaya, 1966

ACEVEDO, Eduardo. **Anales historicos del uruguay**. Montevideo: A Barreiro & Ramos, 1933.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTÍA, Fernando. Uruguay 2002: contagio, crisis bancaria y perspectivas. *In: **ICONOS. Revista de Ciencias Sociales**, no. 15.* FLACSO, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Quito, Ecuador: Ecuador. Dezembro. 2002.

CAETANO, Gerardo. Notas para una revisión histórica sobre la “cuestión nacional” en el Uruguay”. *In: ACHUGAR, Hugo (org). **Cultura(s) y nación en el Uruguay de fin de siglo**.* Montevideo: Logos, 1990

CAETANO, Gerardo (org). **Los Uruguayos Del Centenario**: Nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930), Montevideo: Taurus, 2000.

CAETANO, Gerardo. **La República Batllista**, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011

CANCLINI, Néstor Garcia. **Latinoamericanos buscando lugar en este siglo**. Buenos Aires: Paidós, 2008

FIGUEREDO, Marcello. **Uruguay 200 años doscientas preguntas**. Montevideo: Ediciones Santillanas, 2011

FREGA, Ana. **Historia Regional e Independencia del Uruguay**: Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009

GREISSING, Carolina. Conflictos y tensiones en el debate por la educación durante el centenario (1910 – 1934). *In: CAETANO, Gerardo (org). **Los Uruguayos Del Centenario***: Nación, ciudadanía, religión y educación (1910-1930), Montevideo: Taurus, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade(a)**. Ed. 10, Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**, Belo Horizonte : UFMG. 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: Arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HOBBSAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. São Paulo:Paz e Terra. 2012

HOBBSAWN, Eric. **Naciones y Nacionalismos desde 1780**. Barcelona: Crítica. 1991

ISLAS, Ariadna. Límites para un Estado. Notas controversiales sobre las lecturas nacionalistas de la Convención Preliminar de Paz 1828. In: FREGA, Ana (org). **Historia Regional e Independencia del Uruguay: Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE. **Las Fuerzas Armadas Al Pueblo Oriental: El proceso político**. Uruguay, 1976

NEGRI, Camilo. **Restrição de Abrangência de Conteúdos Ideológicos da Democracia: uma análise sobre a não-consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai**. 2009. Tese (Doutorado) CEPPAC, UnB. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.ceppac.unb.br/images/stories/media/teses_doutorado/camilo%20negri_tese_2009.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

OLIVEIRA, L.. As Festas que a República manda guardar. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 2, dez. 1989. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2283/1422>. Acesso em: 20 Ago. 2013.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 10. 1992.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989

RANINCHESKI, Sonia. Elites e trabalho no Brasil e no Uruguai: origens do debate atual. Brasília: UnB, 2010.

REALI, María Laura. La reflexión de Luis Alberto de Herrera en torno a Gran Bretaña como árbitro internacional en el proceso de independencia del Uruguay. In: FREGA, Ana. **Historia Regional e Independencia del Uruguay**: Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009

SAN ROMÁN, Gustavo. **Soy Celeste**: Investigación sobre la identidad de los uruguayos. Montevideo: Editorial Fin de Siglo, 2007.

SAND, Shlomo. **A Invenção do Povo Judeu**. São Paulo: Benvirá, 2011

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

SILVA, Kelly Cristiane da. A nação cordial: uma análise dos rituais e das ideologias oficiais de "comemoração dos 500 anos do Brasil". **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 18, n. 51, fev. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092003000100010>.

VIDART, Daniel. **Caballos y Jinetes**: Pequeña historia de los hombres ecuestres. Montevideú: Ediciones de la Banda Oriental, 2006.

VIDART, Daniel. **Uruguayos** - quiénes somos, cómo somos, dónde estamos. Montevideú: Ediciones B, 2012

6 - ANEXOS

6.1 - Ley del Bicentenario N° 18.677

Año de celebración del bicentenario del proceso de emancipación oriental Se declara el año 2011 El Senado y la Cámara de Representantes de la República Oriental del Uruguay, reunidos en Asamblea General, Decretan:

Artículo 1º.- Declárase el año 2011 como año de “Celebración del Bicentenario del Proceso de Emancipación Oriental”, en el marco de la lucha de los pueblos americanos por su autodeterminación e independencia, reconociendo la participación central de la figura de José Artigas en la misma.

Artículo 2º.- Créase una comisión interinstitucional que se denominará “Comisión del Bicentenario de la Revolución de Independencia del Río de la Plata 2010-2015”. La misma estará integrada por: – Ministro de Educación y Cultura. – Ministro de Economía y Finanzas. – Ministro de Defensa Nacional. – Ministro de Relaciones Exteriores. – Ministro de Transporte y Obras Públicas. – Ministro de Turismo y Deporte. – Cuatro representantes de la Asamblea General del Poder Legislativo que expresen la diversidad partidaria de su integración. – Un representante del Poder Judicial. – Un representante de la Universidad de la República y un representante de las universidades privadas. – Un representante del Consejo Directivo Central de la Administración Nacional de Educación Pública. – Un Intendente delegado por el Congreso de Intendentes. – El Presidente de la Academia Nacional de Letras y el Presidente del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. – El Director del Museo Histórico Nacional y el Director de la Biblioteca Nacional. – El Director del Archivo General de la Nación. Todos los integrantes de la Comisión designarán un alterno.

Artículo 3º.- Dicha Comisión tendrá por cometido la planificación, para los años 2010 a 2015, de las actividades de conmemoración y celebración de los principales hechos históricos del proceso revolucionario e independentista, en la etapa comprendida entre 1810, inicio de la Revolución en el Río de la Plata y 1815, año de la mayor expansión del proyecto impulsado por

José Artigas en la Provincia Oriental y en el Sistema de los Pueblos Libres. La Comisión aprobará el plan de acción que proponga un comité ejecutivo presidido por el Ministro de Educación y Cultura e integrado por los Ministros referidos, quienes actuarán personalmente o con un delegado alterno. Este comité ejecutará todas las acciones respectivas a ese plan y todas aquellas que estén comprendidas en el cometido de la Comisión del Bicentenario. Artículo 4º.- La Comisión que se crea por el artículo 2º de la presente ley funcionará en el ámbito del Ministerio de Educación y Cultura, que deberá brindar el soporte técnico administrativo necesario para el cumplimiento de su cometido, a través de todos sus servicios y dependencias especializadas. Artículo 5º.- La Comisión definirá un plan de acción para promover: A) La formulación e implementación de proyectos artístico-culturales, comprendiendo también la generación de las condiciones más favorables para facilitar el desarrollo de publicaciones, así como la promoción del debate y reflexión histórica en clave iberoamericana. B) La realización de concursos artísticos y premios nacionales del Bicentenario, que abarcarán los siguientes ámbitos: artes visuales, música, teatro, poesía, novela histórica, ensayo histórico y ensayo pedagógico. Dichos concursos se estructurarán en base a dos categorías: adultos y jóvenes-niños. También se organizará un concurso entre jóvenes de la enseñanza media para establecer un logotipo del Bicentenario. C) La realización de una programación de veladas artístico-culturales en todo el territorio nacional así como competencias deportivas. D) La articulación con el sistema educativo y con los Gobiernos Departamentales. E) Las estrategias y medidas tendientes a facilitar y favorecer el intercambio de estudiantes a nivel regional, con la finalidad de reforzar la dimensión de integración cultural y educativa que tiene que ocupar un lugar relevante en la conmemoración y celebración del Bicentenario, en el marco de una visión de integración y cooperación de las naciones iberoamericanas. F) Las acciones orientadas principalmente a los niños y jóvenes para concitar su participación activa. G) La coordinación con el Plan Ceibal, al cual se reconoce como un canal y vehículo privilegiado para la promoción de la conmemoración y celebración del Bicentenario del Proceso de Emancipación. H) La incorporación

de la perspectiva de integración y de diversidad cultural será una orientación transversal a todo el plan de acciones de conmemoración y de celebración del Bicentenario. l) Toda otra actividad que entienda pertinente a los fines de su creación. Artículo 6º.- Asimismo, la Comisión que se crea en el artículo 2º de la presente ley podrá, para el mejor cumplimiento de sus fines, relacionarse directamente con organismos de cooperación y articular acciones con países y agencias de Iberoamérica dispuestos a asociarse a esta conmemoración. Sala de Sesiones de la Cámara de Representantes, en Montevideo, a 4 de agosto de 2010. Daniel Peña Fernández, 1er. Vicepresidente. Marti Dalgarrondo Añón, Secretario. Ministerio de Educación y Cultura Ministerio de Relaciones Exteriores Ministerio de Economía y Finanzas Ministerio de Defensa Nacional Ministerio de Transporte y Obras Públicas Ministerio de Turismo y Deporte Montevideo, 13 de agosto de 2010. Cúmplase, acúcese recibo, comuníquese, publíquese e insértese en el Registro Nacional de Leyes y Decretos, la Ley por la que se declara el año 2011 como año de “Celebración del Bicentenario del Proceso de Emancipación Oriental” y se crea la Comisión del Bicentenario de la Revolución de Independencia del Río de la Plata 2010 – 2015. José Mujica. Ricardo Ehrlich. Luis Almagro. Fernando Lorenzo. Luis Rosadilla. Enrique Pintado. Héctor Lescano.

6.2 - Que se conmemora?

CELEBRACIÓN DEL PROCESO DE EMANCIPACIÓN ORIENTAL (2011-2015)

Con motivo de la **celebración del Bicentenario del Proceso de Emancipación Oriental** enmarcamos los festejos en un espacio de libertad, igualdad, justicia y solidaridad que convoque a los uruguayos más allá de toda frontera a recordar juntos un momento de su historia y a proyectar su futuro. Estos valores fundamentales nos permitirán **repensar nuestras identidades** en la ocasión de rememorar aquellos hechos que durante el año de 1811 formaron parte de los procesos regionales que determinaron, a través de distintos ensayos de organización política, la formación de nuestro país y de otras repúblicas en la región. Estos años de conmemoración nos permitirán afirmar nuestro **sentido de pertenencia como sociedad uruguaya y**

asegurar la integración de las diversas identidades que nos caracterizan. Todo ello se suma a la idea de construcción de la república, como uno de los principales fundamentos de la tradición del artiguismo que queremos sostener aún en nuestros días.

Por tratarse de valores que surgen de nuestro pasado histórico, están presentes en la actualidad y **nos inspiran para la construcción de un futuro más integrador, próspero y de avanzada.**

En la conmemoración recordaremos acontecimientos como lo fueron en 1811, el “Grito de Asencio” que marcó el comienzo de la insurrección de este lado del Uruguay (28 de febrero), la Proclama de José Artigas a sus Compatriotas, desde el Cuartel General en Mercedes (11 de abril), la Batalla de Las Piedras (18 de mayo) que tuvo como consecuencia el sitio a la ciudad de Montevideo, la Asamblea de la Quinta de la Paraguaya en la que José Artigas fue elegido como Jefe de los orientales (10 al 23 de octubre) y su culminación en el “Éxodo” entre el 23 de octubre y las primeras semanas de diciembre en que los orientales finalmente cruzaron el río Uruguay para instalarse en el Ayuí.

En esta **conmemoración se espera la participación** de los actores de los procesos del pensamiento y de la construcción política, del mundo del trabajo, de la educación, de la creación artística en todas sus manifestaciones, del deporte, de las comunidades locales y de los uruguayos en el exterior.

Las celebraciones y festejos que haremos fortalecerán nuestras identidades porque **nos proponemos reflexionar sobre la larga búsqueda de doscientos años hasta llegar a ser quienes somos.** Será una ocasión para reafirmar el respeto por nuestras diferencias así como la posibilidad de encontrar factores de comunidad que nos permitan participar de diversos procesos sociales. Como ocurrió durante el Éxodo, en el que marcharon mujeres y hombres de la ciudad, de las villas y del campo, comerciantes y hacendados, esclavos y negros libres, zambos, criollos pobres e indios incorporados a la sociedad colonial o en sus comunidades autónomas, que encontraron en esos procesos sociales y políticos una oportunidad para resguardar sus posesiones, encontrar un espacio de poder político, cambiar su condición o participar de una esperanza de libertad.

Libertad, igualdad, justicia y solidaridad son principios que nos integran porque respetamos las diferentes concepciones que tiene cada habitante del país y porque nos

permiten disfrutar, sin temor a las discrepancias, de la convivencia y de la construcción colectiva.

Así **la celebración del Bicentenario será de todos y de cada uno de nosotros**, sean cuales fueren los ideales que podamos sostener, las creencias individuales y las maneras diversas de interpretar nuestra historia. Será un tiempo en el que cada ciudadana y cada ciudadano podrán verse a sí mismos, reflexionar sobre aquello que los hace sentir entre iguales y les posibilita vivir integrados en la comunidad de los uruguayos dentro y fuera del país. **Una historia para reflexionar:** Los procesos que culminaron con la formación de de nuestro país han construido formas de pensar y hábitos culturales que se identifican con nuestro carácter y con una cultura nacional. **Este núcleo de ideas y sentimientos comunes son los que nos consolidan en la diversidad y en la unión.** Nos han dado la entereza y la valentía necesarias para que las sucesivas generaciones de uruguayos pudiéramos enfrentar, a través del tiempo, muchas situaciones adversas.

Por estas razones **es importante reflexionar sobre nuestra Historia**, conocer aquellos hechos que algunos consideran fundacionales de la nacionalidad mientras que otros los enmarcan en diversos procesos de organización de los estados en la región rioplatense, recuperar las distintas identidades étnicas y sociales de las personas que participaron de la revolución en múltiples modalidades, generar pensamiento crítico sobre el pasado, debatir con respeto por todas las opiniones y todas las visiones particulares e individuales y, finalmente, también **es importante divulgar nuestras particularidades ya que nos caracterizan y enorgullecen.**

Un presente para vivir:

En estos doscientos años se ha construido una sociedad con un sentido de pertenencia a nuestro suelo, a nuestro pasado y a ciertos comportamientos culturales que nos son comunes, ***“que nos permiten ser de un modo parecido pero ligeramente diferentes, según la visión que cada uno tiene del mundo”.***

Entendemos hoy que es necesario incrementar ese sentimiento, fortalecer la libertad, la independencia y la construcción permanente de nuestro ser colectivo: otorgar este sentido a los festejos en el camino del respeto a la diversidad y en el disfrute y el compromiso del ciudadano respecto del presente del que es protagonista.

Por estas razones **tenemos que celebrar, respetar la identidad diversa de colectividades, grupos y personas**, apreciar los cambios constantes porque ellos nos permitirán continuar desarrollándonos como una sociedad con características culturales propias.

Un futuro para proyectar:

Las oportunidades para construir y transformar exigen **adaptación a los cambios**, reconocer que vivimos en un país que otros construyeron así como nosotros construimos para las nuevas generaciones. Asimismo estas oportunidades exigen una actitud colectiva de participación y reconocimiento en lo que tenemos en común, que nos identifica y distingue pero que nos une también a otros pueblos en la región, en el continente y en el mundo, en la oportunidad del Bicentenario de aquellos procesos políticos que conmovieron a Europa y América en el lapso de unos pocos años.

El futuro como creación desde el presente, según el pasado histórico que es necesario revalorizar, **es posible con la participación de todos.**

Seremos y nos transformaremos de continuo sin perder la personalidad colectiva ni la convivencia republicana. Por lo tanto para un país en crecimiento, también es importante forjar posibilidades de trabajo, tener motivos para la esperanza, educar para un pensamiento crítico, autónomo y con futuro, favorecer la investigación, la innovación, la justicia y el respeto por la persona y la diversidad en todos los órdenes de nuestra vida social.

Con motivo de la celebración del Bicentenario del Proceso de Emancipación Oriental, **enmarcamos los festejos en un espacio de libertad, igualdad, justicia y solidaridad** que convoque a los uruguayos más allá de toda frontera a recordar juntos un momento de su historia y a proyectar su futuro.

Comisión Bicentenario

www.bicentenario.uy

6.3 - Mensagens da Embaixada do Uruguai em ocasião do 25 de agosto



Ministerio de Relaciones Exteriores
Dirección General para Asuntos Consulares y Vinculación

Montevideo, 25 de agosto de 2010.

Estimadas/os Compatriotas que se encuentran residiendo en el exterior

Hoy se conmemoran ciento ochenta y cinco años de la Declaración de Independencia. Las tres leyes fundamentales que se dictaron ese día fueron una continuación del pensamiento de nuestro máximo héroe nacional, José Gervasio Artigas.

Ese día la Asamblea de la Florida resolvió: la independencia con respecto al Brasil, la unión a las Provincias Unidas del Río de la Plata y el establecimiento de un pabellón tricolor de la Provincia del Río de la Plata, con la leyenda: "Libertad o Muerte".

Este es un día festivo muy especial. Ustedes, desde el exterior, año tras año nos lo hacen saber, con actos públicos, con reuniones que expresan nuestra identidad y cultura nacional.

Para nosotros es un orgullo y un placer que este tipo de manifestaciones nacionales puedan trascender las fronteras territoriales. Es muy importante que una parte de nuestro pueblo, que no puede residir dentro de nuestras fronteras, exprese de esa manera su sentir por nuestro país. Esa expresión humana y democrática difunde nuestros valores históricos por todo el mundo.

Este día festivo vivencia una expresión ciudadana y participativa, en el cual, todas y todos, independientemente del lugar en el que vivimos, nos sentimos pertenecientes a una nación que ha puesto su presencia en cada rincón de nuestro mundo.

En este importante día reafirmamos nuestro compromiso de continuar construyendo el camino de la integración y unidad siendo el objetivo principal seguir profundizando el vínculo entre ustedes y nuestra nación.

Es nuestro mayor deseo que en este día podamos festejar, no sólo por lo acontecido en el pasado, sino también por la participación, unión y conservación de nuestra cultura mucho más allá de las fronteras.

Sin otro particular saludo a todas y todos afectuosamente

Luis Almagro
Ministro de Relaciones Exteriores



Ministro de Relaciones Exteriores

Estimadas/os Compatriotas que residen en el exterior

Hoy nos reúne nuevamente el festejo y celebración de un hecho histórico que marcó el camino de los orientales, se cumplen ciento ochenta y seis años de la Declaración de Independencia. Asimismo, coincide con los festejos que se están celebrando con motivo del Bicentenario del Proceso de Emancipación Oriental.

En este sentido, ustedes en el exterior cada año hacen propio este festejo y se manifiestan y participan en eventos que promueven nuestra cultura y fortalecen nuestra identidad como Nación.

Estos actos democráticos son el reflejo de una historia y de un sentimiento de país muy fuerte. Nunca se olvida el terruño, siempre se tiene memoria de los acontecimientos que nos hacen sentir uruguayos.

Por todas esas razones es que deseamos contarles que desde nuestro lugar trabajamos día a día procurando que el sentimiento de nación, más allá de nuestras fronteras continúe, trabajamos teniendo presente que todas y todos ustedes que están en algún lugar del mundo sientan que a pesar de la distancia siguen perteneciendo a nuestro país.

Con este fin, avanzamos hacia una verdadera modernización de la atención. Cambios muy importantes se van a estar anunciando antes de terminar este año. Será el fruto de un gran esfuerzo, pero también, será porque ustedes necesitan respuestas concretas y tangibles a sus requerimientos.

Nuestras oficinas en Montevideo y las misiones diplomáticas en el exterior se encuentran abocadas a atender sus propuestas y dar respuesta a sus necesidades.

Continuaremos así siempre por el mismo camino, seguiremos día a día mejorando nuestro servicio y atención.

Finalmente deseamos que ustedes pasen muy bien en este día, les solicitamos que nos hagan llegar todas las actividades que realicen y que continúe de forma permanente el sentimiento de Nación.

Saludos a todas y todos cordialmente,

Dr. Luis Almagro
Ministro de Relaciones Exteriores

Saludo del señor Ministro a los compatriotas del Departamento 20

Estimadas y estimados compatriotas

Estamos celebrando un nuevo aniversario de la Declaración de Independencia.

Desde todos los rincones del mundo nos llegan noticias de que la mayoría de ustedes han decidido encontrarse para celebrar, no sólo la fecha patria sino también la pertenencia y el afecto por nuestro país.

Es grato comprobar día a día que, a pesar de la distancia y de vivir a veces por muchos años en el exterior, los uruguayos no olvidamos nuestras raíces, nuestra cultura y nuestra gente.

Gracias a ustedes, que espontáneamente expresan los valores que nos identifican, el Uruguay se extiende por los más remotos rincones del planeta.

Acompañarlos a todos –a los que viven en el exterior y los que han decididos regresar- es una de las políticas más significativas de este Gobierno y pilar fundamental del Ministerio de Relaciones Exteriores.

La gestión de los últimos gobiernos ha logrado cambios en Uruguay, los que son necesarios e imprescindibles a la hora de atender y contener a nuestros compatriotas. También nos alegramos de celebrar la realización de gran parte de los avances y mejoras que nos propusimos en la gestión consular y la calidad de la vinculación con los compatriotas.

La puesta en funcionamiento de la Junta Nacional de Migración, el apoyo a los Consejos Consultivos, la elaboración del Manual de Retorno y la firma de convenios y gestiones para facilitar la inserción de los compatriotas que quieren regresar son parte de estas mejoras.

La implementación paulatina del pasaporte electromecánico así como la puesta en funcionamiento de la Apostilla de La Haya a partir de octubre del presente año, son algunos viejos anhelos de los compatriotas en el exterior que hoy se hacen realidad.

Esperamos poder continuar apoyándolos desde la Oficina de Asistencia al Compatriota, tanto a quienes viven en el exterior como a sus familiares en Uruguay. También desde el área de Vinculación seguiremos fomentando la comunicación en todas sus formas, la realización de encuentros de los Consejos Consultivos y el apoyo a expresiones artísticas y culturales.

Ustedes son los mejores representantes que tenemos porque transmiten quiénes somos y porque crean lazos más fuertes que el tiempo y la distancia.

A través de una relación fraterna y un trabajo eficiente renovamos el compromiso de acompañarlos en sus desafíos, escuchar sus propuestas y facilitar la solución de sus necesidades.

Desde Uruguay, les enviamos un gran saludo y deseamos que éste día de celebración sirva para continuar expandiendo nuestra identidad y cultura por el mundo entero.

Montevideo, 24 de agosto de 2012

Luis Almagro
Ministro de Relaciones Exteriores
República Oriental del Uruguay